

JUDICIÁRIO *em revista*

INFORMATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO CEARÁ / JANEIRO DE 2021



EVOLUÇÃO Justiça cearense mais moderna, célere e **ACESSÍVEL**

Biênio 2019/2021 é marcado por transformações estruturais e culturais, investimentos e valorização. Como resultado, o Tribunal de Justiça do Ceará atinge marca histórica de julgamentos e avança no ranking nacional de produtividade.

Tribunal de Justiça do Ceará

Des. Washington Luis Bezerra de Araújo - **Presidente do TJCE**
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira - **Vice-Presidente do TJCE**
Des. Teodoro Silva Santos - **Corregedor-Geral da Justiça**
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inacio de Alencar Cortez Neto
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Francisco Gomes de Moura
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airtton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa. Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Des. Antônio Pádua Silva
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio

Juízes Auxiliares

Presidência: Alexandre Santos Bezerra Sá, Ricardo Alexandre da Silva Costa e Rômulo Veras Holanda
Vice-Presidência: Joriza Magalhães Pinheiro e Cláudio Ibiapina
Corregedoria-Geral: Ernani Pires Paula Pessoa Júnior, Fernando Teles de Paula Lima, Francisco Gladyson Pontes Filho, César Morel Alcântara e Demétrio Saker Neto

Juízes Diretores

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo – **Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua**, Edson Feitosa dos Santos Filho – **Vice-Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua**, Mônica Lima Chaves – **Diretora do Fórum das Turmas Recursais**

Equipe TJCE

Nilsiton Aragão – **Superintendente da Área Judiciária**
Luis Eduardo de Menezes – **Superintendente da Área Administrativa**
Luis Lima Verde – **Consultor Jurídico**
Walter Lima Filho – **Secretário Judiciário**
Moisés Monte Costa – **Secretário de Administração e Infraestrutura**
Sérgio Mendes Filho – **Secretário de Planejamento e Gestão**
Denise Norões – **Secretária de Tecnologia da Informação**
Marcus Coelho – **Secretário de Finanças**
Vládia Teixeira – **Secretária de Gestão de Pessoas**
Ilo Santiago Jr. – **Chefe da Assessoria de Comunicação Social**
Diana Santos – **Auditara-Chefe de Controle Interno**
Sílvio Ribeiro – **Chefe da Assessoria de Cerimonial**
Ten-Cel. Álvaro Júnior – **Chefe da Assistência Militar**

Judiciário em Revista

Publicação do Poder Judiciário do Ceará – produzida pela Assessoria de Comunicação Social

Expediente

Editor-chefe: Ilo Santiago Jr.
Editor executivo: Francisco José Rosa
Editora: Camilla Carneiro
Redatores: Luciberto Forte, Pamela Lemos, Ulysses Sousa e Guto Castro Neto
Apoio à redação: Edna Lobo
Capa: Rannjon Cavalcante
Projeto gráfico e diagramação: Hugo Guedes
Fotos: Calvin Penna, Rannjon Cavalcante e Renato Gurgel
Impressão: Área Gráfica da Coordenadoria de Apoio Operacional da Assessoria de Comunicação Social
Coordenador: Rômulo Cidrão

Bancos de Imagens: Shutterstock, Freepik, Pexels e Pixabay



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.822-325



tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



/tjceimprensa



/tjceoficial



@tjceoficial



/tjcenoticias

Apresentação

Os mandatos nas administrações do Judiciário brasileiro são de dois anos, sem possibilidade de recondução. Esse tempo parece curto e, para se colocar em prática todos os projetos idealizados, é preciso haver um bom planejamento, como vem fazendo o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nos últimos anos. A Gestão 2019/2021, ciente da rapidez do passar dos dias, pensou em todas as ações e conseguiu fechar o biênio com a implantação das medidas consideradas essenciais à modernização do TJCE.

O Programa Celeridade e Produtividade (formado pelos Núcleos de Produtividade e de Qualidade da Informação, seleção de juízes leigos e estagiários de pós-graduação em Direito, além da Secretaria Judiciária Única – Sejud/ Estadual) trouxe um novo ritmo, contribuindo para o aumento da produtividade, juntamente ao engajamento de servidores e magistrados. Outra mudança é o agrupamento de comarcas, tornando as unidades judiciárias mais eficientes nos julgamentos.

Além das transformações culturais e estruturais na organização judiciária e administrativa, o Tribunal fez investimentos em novos fóruns, reformas de prédios, uso de energia solar e equipamentos (computadores, móveis e aparelhos de ar-condicionado) para o bem-estar dos profissionais que fazem o Judiciário e do público. Também valorizou mais os servidores, com novos canais de comunicação e atendimento das demandas em todo o Estado. As ações são possíveis com os Programas "+ Interior", "Servidor +" e "FCB 10".

No mesmo sentido, alcançou a universalização do processo eletrônico e da digitalização do acervo. E por falar em tecnologia, há ainda recursos investidos em automação, inteligência artificial e inovação.

Continuando nessa área, de forma pioneira na Justiça brasileira, o TJCE fez operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que fomentará o Programa de Modernização do Judiciário do Ceará (Promojud), cujo objetivo é fazer uma transformação digital. Serão 35 milhões de dólares (28 milhões do BID e sete milhões como contrapartida do Governo do Estado) para os próximos cinco anos. Tudo alinhado ao Plano Estratégico 2030 do TJCE.

Os primeiros resultados já estão sendo colhidos: o Tribunal bateu recorde de julgamentos e subiu nove posições no ranking do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos dois anos. Na pandemia do novo coronavírus (considerando o período de março a dezembro de 2020), o TJ do Ceará é o 9º mais produtivo do Brasil, também segundo o CNJ. A marca foi atingida em TeleTrabalho, modelo elogiado por quem faz e por quem usa o serviço judicial.

Um panorama das principais realizações da Gestão 2019/2021 e o que o TJCE planeja para os próximos anos estão na publicação "Judiciário em Revista". Boa leitura!

SUMÁRIO

PESSOAS

- 08** Para além da decisão judicial
- 14** Bem-estar em acolher
- 22** Conhecimento para garantir o direito à saúde
- 24** Conscientização pelos direitos das mulheres
- 27** TJCE amplia capacidade de atendimento
- 30** Reconhecimento de quem faz o trabalho acontecer

MODERNIZAÇÃO E RESULTADOS

- 36** Surge uma nova Justiça no Ceará
- 44** Novos fóruns, reformas e mais conforto
- 48** A energia que vem da fonte natural de luz
- 50** A digitalização chegou a todo o Estado
- 52** Infraestrutura para mais de 10 mil audiências por vídeo
- 54** A estrada que leva ao futuro
- 60** Automatizar é preciso
- 64** Programa aumenta eficiência do TJCE
- 66** A maior produtividade da década
- 69** TJCE é primeiro lugar

O JUDICIÁRIO NA PANDEMIA

- 74** A informação como fonte de segurança
- 78** O TeleTrabalho como regra
- 81** Justiça cearense preparada para os efeitos da pandemia
- 84** Retorno gradual e cauteloso

TRANSIÇÃO E FUTURO

- 90** Nova década, novos desafios
- 92** Inovação na hora de mudar



PESSOAS



Tatiana Rocha
Empresária

“ Participamos de cursos promovidos pelo Judiciário e palestras com grupos de apoio à adoção. Acho que esse tempo é necessário porque, se não existirem todas as etapas, as pessoas podem não se sentir preparadas e isso pode ocasionar a devolução, que causa um trauma muito maior para a criança. ”

VIDA NOVA

Para além da decisão judicial

O Judiciário cearense tem buscado dar respostas mais rápidas ao cidadão, mas também tem desenvolvido projetos que transformam vidas

A família de Maria Cleone Almeida tinha pressa quando acionou o Judiciário estadual. O processo, em tramitação na 17ª Vara de Família da Capital, pedia para que Ivo de Almeida Rodrigues se tornasse curador da mãe, diagnosticada com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença neurodegenerativa. Para decidir o caso, era necessária a realização de perícia médica, que foi viabilizada com celeridade em razão do termo de cooperação técnica entre TJCE e Universidade Federal do Ceará (UFC), voltado para beneficiários da gratuidade judicial (pessoas pobres na definição da lei).

"A perita nos visitou em casa e percebeu que, de fato, minha mãe não consegue mais responder por si. Somente o Ivo, o Rafael e eu conseguimos desenvolver comunicação visual, até devido à nossa afinidade. Então, em pouco tempo saiu a decisão judicial favorável ao pedido de curatela", explica Stephane Pacheco.

Os exames são realizados pela equipe do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da UFC, desde novembro de 2018. Inicialmente, a parceria contemplou processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), além de ações das Varas de Família do Fórum Clóvis Beviláqua.

Em agosto de 2020, com a ampliação do termo de cooperação, passaram a ser atendidas pessoas

com processos nas Comarcas de Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Itaitinga e Maracanaú. Para Elisabete Moraes, coordenadora do Centro de Pesquisa do NPDM, a expansão da parceria traz benefícios não só para o Judiciário como também para a UFC, que está "atuando em um dos três pilares que sustentam sua atividade acadêmica, a extensão universitária, transformando o trabalho acadêmico em bem social".

A iniciativa segue até agosto de 2023, com possibilidade de prorrogação. Ao todo, 7.745 perícias foram realizadas. Além de dar agilidade ao andamento das ações, tem possibilitado a economia de recursos. Seguindo a tabela do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece o valor de R\$ 160,00 por perícia, o TJCE já economizou R\$ 1.239.20,00.

Números | Perícias

Total de exames realizados:

7.745 (11/2018 a 12/2020)

Total economizado pelo TJCE:

R\$ 1.239.20,00

Prazo de expiração do termo de cooperação:

AGOSTO DE 2023

Fontes: TJCE e UFC

Ressocialização pelo trabalho

O trabalho mudou a vida de Gabriel Andrade Leite. Aos 35 anos, cumprindo pena no regime semiaberto, com monitoramento eletrônico, ele encontrou no Judiciário cearense a oportunidade de construir uma nova história. "Depois que fiz a inscrição no projeto 'Justiça de Portas Abertas', recebi ligação da assistente social, informando que eu tinha sido selecionado e que deveria comparecer para a entrevista. A partir daquele momento, percebi que existia mesmo a ressocialização. Essa chance me tornou o homem mais feliz do mundo", comemora.

O primeiro dia de trabalho, 18 de novembro de 2019, é sempre lembrado por ele, que integra a equipe da 2ª Vara de Execução Penal de Fortaleza. "Fui bem acolhido pelos servidores e pela juíza. São como uma família, que mostra capacidade de dar a volta por cima. Todos sabem que paguei pelo meu erro, mas que estou aqui para crescer como ser humano e não voltar mais ao lugar de onde sai."

O reeducando recebe um salário-mínimo por mês, vale-transporte e auxílio-alimentação. "O Judiciário, que oferece essa estrutura, nos dá uma segurança. Tenho uma filha de 14 anos, que ajudo mensalmente com a bolsa, e também consigo honrar minhas despesas, pois ainda moro de aluguel com minha esposa", assegura.

Gabriel é um dos 81 egressos já beneficiados pelo "Justiça de Portas Abertas", que desde 2015 oferece vagas em instituições ligadas ao sistema judicial. A iniciativa integra o Programa "Um Novo Tempo", criado pelas Varas de Execução Penal de Fortaleza para promover a ressocialização de apenados e egressos do sistema prisional por meio de parcerias firmadas pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) com outras instituições públicas e privadas.

Desde 2013, mais de 800 pessoas já participaram das ações, que incluem educação básica, cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho e práticas restaurativas. O Núcleo de Apoio às Varas de Execução Penal (Nuavep), atende cerca de 170 cumpridores de livramento condicional todos os meses, trabalho que, durante a pandemia, tem sido realizado de forma remota.



Projeto "Justiça de Portas Abertas" oferece vagas de trabalho

Mãe de três

A empresária Tatiana Rocha Vasconcelos sempre desejou adotar, mas só deu seguimento ao sonho ao completar sete anos de casamento com Tomé da Silva Reis Neto. O casal deu início ao processo no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Foram 14 meses até eles conseguirem a habilitação para ingressar no Sistema Nacional de Adoção (SNA).

"Participamos de cursos promovidos pelo Judiciário e palestras com grupos de apoio à adoção. Acho que esse tempo é necessário porque, se não existirem todas as etapas, as pessoas podem não se sentir preparadas e isso pode ocasionar a devolução, que causa um trauma muito maior para a criança", pondera Tatiana.

Apesar de não fazerem restrições quanto ao perfil do futuro filho, a empresária e o marido não imaginavam que se tornariam pais de três crianças. "Deixamos o perfil em aberto. Então, sempre pensamos que quando fôssemos adotar já poderia vir com irmão. No dia que me ligaram para informar que eu estava habilitada e tinha entrado na fila, recebi o chamado para três meninas."

As irmãs biológicas são Maria Tamires (8 anos), Maria de Fátima (5) e Maria Vitória (3). "São crianças em idades diferentes. É necessário ensinar, dar limites e muito amor. Quanto mais você dá amor, mais você recebe."

Para concretizar o sonho de se tornar mãe, Tatiana relata que contou com o apoio da equipe da 3ª Vara da Infância e Juventude e das instituições de acolhimento. "Todos facilitaram bastante. Temos uma empresa, e o horário de visitas ao abrigo não dava para ser o mesmo. Cheguei a ir para o café da manhã, almoço e até jantar das meninas. No Fórum, a equipe disponibilizou o telefone pessoal e auxiliou a retirada das novas certidões. Foi um trabalho conjunto, sempre pensando no melhor para as crianças".

Na Comarca de Fortaleza, 48 crianças foram encaminhadas para adoção em 2020. Também houve a habilitação de 72 pessoas ao SNA, o julgamento de 95 ações de destituição do poder familiar e o retorno de 59 crianças que estavam em acolhimento institucional às famílias de origem, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.



Tatiana e Tomé adotaram três meninas

A coordenadora das Varas da Infância e da Juventude da Capital, juíza Mabel Viana, explica que, "apesar das limitações impostas por conta da pandemia, fizemos ajustes nas rotinas de trabalho e buscamos alternativas para evitar demora na tramitação dos processos. Foi desenvolvido e realizado o Curso Preparatório online destinado a pretendentes à adoção, inclusive estendido para o Interior, em parceria com a Cejai [Comissão de Adoção Internacional do Ceará], beneficiando 559 pessoas de 79 municípios, sendo mais um passo para concretização do sonho da adoção. Importante também a renovação dos termos de cooperação firmados com Estado e Prefeitura, mantendo a cessão de 19 profissionais das áreas de serviço social e psicologia para atuar junto às equipes de Manutenção de Vínculo e Adoção e Seção de Cadastro do Fórum Clóvis Beviláqua". A 3ª Vara da Infância (privativa de adoção na Capital) realizou 437 audiências, havendo grande empenho na conclusão dos casos.

"Seguiremos em nossa missão institucional, zelando pelos princípios constitucionais do devido processo legal e contraditório, basilares do nosso ordenamento jurídico. Estamos sempre à disposição e a serviço da sociedade, zelando, primariamente, pelo direito de crianças e adolescentes de nossa capital", acrescenta a magistrada.



Tecnologia a serviço da conciliação

O uso de videoconferência, incentivado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal desde a implantação do processo eletrônico no Interior, concluído ainda em 2019, foi intensificado em 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus, que instituiu o TeleTrabalho como regra. Em setembro, todos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) do Estado já estavam atuando de forma 100% digital.

De acordo com a diretora do Nupemec, Mariana Mont'Alverne, houve a necessidade de fazer adaptações como forma de assegurar o andamento das atividades. "Todo o procedimento precisou ser repensado. Publicamos duas portarias para auxiliar na realização das sessões, criamos fluxo de trabalho para atuação exclusivamente por videoconferência e instituímos a atuação de conciliadores voluntários externos para realizar as sessões no Interior."

O servidor público André Menezes Lima participou de conciliação virtual e elogia o método. "Excelente! A equipe foi muito competente e a conciliadora se destacou pela iniciativa e solução dos problemas técnicos que apareceram."

No formato virtual, ocorreu a XV Semana Nacional da Conciliação, de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2020, com a realização de 5.788 audiências. Na opinião da desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves,

supervisora do Nupemec, a conciliação é a forma mais eficiente e célere de resolução de conflitos. "O Judiciário se preocupou em montar estrutura adequada e eficiente, para evitar qualquer dificuldade no acesso à plataforma."

As audiências por vídeo são regulamentadas por portarias do Núcleo e da Diretoria do Fórum/Cejusc da Capital. As partes que não concordarem com o modelo digital ou não tiverem ferramentas disponíveis para realizá-la, deverão enviar prévia justificativa ao juiz da vara de origem para análise e readequação.

Quem tem interesse em acordo processual pode procurar a unidade onde tramita a ação e solicitar sessão de mediação ou conciliação, a qualquer momento. Também é possível utilizar a ferramenta "Quero Conciliar", disponível no Portal do TJCE. Quando não existe processo judicializado, os interessados podem pedir o agendamento da audiência (conciliação pré-processual) em um Cejusc.

Conciliação em números | TJCE

2019 e 2020

Audiências pré-processuais e processuais

36.471

Fonte: Nupemec/TJCE

Corregedoria cada vez mais cidadã

A cuidadora de idosos Josélia do Nascimento Costa, de 39 anos, teve uma gestação difícil. Quando estava na 28ª semana, o filho nasceu, pesando apenas 900 gramas, sem a orelha direita. O bebê prematuro ficou internado na unidade de terapia intensiva (UTI) até ganhar peso e desenvolver o sistema pulmonar.

Em meio à aflição, Josélia foi a um cartório de Fortaleza para registrar o menino e recebeu uma notícia que a encheu de esperanças: poder incluir na Certidão de Nascimento, no campo "observações", a anomalia congênita. "Achei ótima e agradeço essa ação da Justiça, principalmente por saber que daqui em diante tudo ficará mais fácil para minha criança", afirmou.

Ela se refere ao Provimento nº 12, de 27 de abril de 2020, da Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, que autoriza pais ou responsáveis a solicitar a inclusão da informação no Registro Civil. A medida facilita, perante

os órgãos competentes, eventuais benefícios previstos na Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (nº 13.146/2015).

Para o corregedor-geral, desembargador Teodoro Silva Santos, o Judiciário deve assegurar ao cidadão a garantia dos direitos. "O Provimento tem como objetivo principal a existência e a efetividade de direitos, com ênfase nas pessoas com deficiência, sob a luz da Constituição Federal."

O juiz auxiliar da Corregedoria e coordenador dos serviços extrajudiciais no Estado, Demétrio Saker Neto, enfatizou que, ao expedir a medida, a Corregedoria "lança olhar sobre as pessoas com deficiência que, como qualquer outro indivíduo, têm direito a exercer a cidadania, de forma que possa garantir e usufruir dos direitos civis e sociais em condições de igualdade com os demais".



Corregedoria expede Provimento que permite incluir anomalia no Registro Civil

Reconhecimento nacional

Com esse Provimento que assegura a inserção de anomalia congênita constatada e descrita na Declaração de Nascido Vivo na Certidão de Nascimento, os magistrados obtiveram o primeiro lugar na 9ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Eles foram vencedores na categoria "Trabalhos dos Magistrados" e receberam o anúncio em cerimônia virtual realizada no dia 9 de novembro de 2020.

A presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juíza Renata Gil Alcântara, reconheceu a importância do trabalho vencedor para a população. "Eu fico honrada em ver magistrados realizando atividades que vão além daquelas que são exercidas em suas varas ou serventias. É estender a mão de verdade para a sociedade, para aqueles que precisam, mudando a vida de muitas pessoas. Parabéns! Eu fico muito feliz em declarar esse primeiro lugar."

O Prêmio foi criado em 2012 e homenageia a memória da juíza Patrícia Acioli, assassinada em 2011. A ideia é dar continuidade à luta da magistrada pela dignidade humana. Patrícia Acioli foi defensora pública, posteriormente prestou concurso para a magistratura do Rio de Janeiro e, desde 1999, era juíza na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo (RJ).



Corregedor-geral, desembargador Teodoro Silva Santos

Declaração de Nascido Vivo

A anomalia congênita deve ser constatada pelo profissional de saúde na Declaração de Nascido Vivo, que é um documento padronizado, criado em 1990, pelo Ministério da Saúde. Para que ocorra o Registro Civil do recém-nascido, o responsável deve apresentar a declaração junto ao cartório. O documento tornou-se obrigatório com a lei nº 12.622/2012. Ele é preenchido para todos os nascidos vivos, quaisquer que sejam as circunstâncias de ocorrência do parto: maternidades, hospitais, domicílio, veículos e outros locais públicos.



ATENDIMENTO HUMANIZADO

Bem-estar em acolher

Com a premissa de fazer um Judiciário ainda mais acessível à população, magistrados e servidores se engajam em ações e projetos que envolvem proximidade, transparência e tratamento personalizado para o público

Considerada a porta de entrada da Justiça para os cidadãos cearenses, a Central de Atendimento Judicial (CAJ) está em constante transformação para promover o aumento da eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços. Nos últimos dois anos, o foco da gestão do setor voltou-se à capacitação frequente dos colaboradores e ao reordenamento de processos. Os objetivos são a otimização do fornecimento das informações e mais humanização nas interações com a população.

As unidades da CAJ em Fortaleza, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha foram beneficiadas com a padronização de rotinas e serviços, além de treinamento das equipes nos sistemas judiciais e técnicas de atendimento, contemplando também a inclusão do acolhimento às pessoas com deficiência. O resultado é a diminuição do tempo necessário para atender o usuário, seja presencial ou por meio do TeleJustiça.

Na Capital, a CAJ recebeu mais uma sala de espera, ampla e climatizada, que contribuiu para que o tempo médio de permanência do público fosse reduzido para 15 minutos. O reordenamento com a ampliação da recepção do FCB, troca dos computadores da triagem e o aumento das estações de cadastro e validação (nas entradas principal e secundária) também trazem maior agilidade aos cidadãos.

"Estes dois últimos anos foram, contundentemente, marcados pelos impactos significativos sobre o atendimento, principalmente no tocante à acessibilidade e à efetividade. Iniciamos a gestão com o atendimento presencial e o TeleJustiça, sempre com demandas crescentes. Impulsionados pelas adaptações durante a pandemia, estamos operando com outros canais, como WhatsApp e e-mail, que têm propiciado mais conforto, praticidade, estabilidade de acesso e segurança", destaca Nelson Nogueira, diretor estadual de Atendimento do TJCE.



Servir melhor

Para desenvolver um conceito institucional de atendimento mais humanizado, as capacitações são fundamentais. Ciente dessa necessidade, em março de 2020, o Judiciário cearense, por meio da Diretoria do Fórum, lançou a "Campanha FCB+Q", buscando incrementar a qualidade do atendimento dos colaboradores. Nesse contexto, foi realizada a capacitação "Sentir-se Bem para Servir Melhor", que abordou conteúdos de psicologia positiva, com a participação de mais de 300 servidores, divididos em 14 turmas.

Com conteúdo especializado de uma consultoria externa, o treinamento beneficiou colaboradores de 122 unidades administrativas e judiciárias, incluindo 93 Varas de Fortaleza e seis do Interior. A proposta do curso foi desenvolver habilidades individuais voltadas à promoção do autoconhecimento e bem-estar pessoal, proporcionando atendimento mais acolhedor, empático e inclusivo.

"O FCB+Q representa mais que um projeto de aprimoramento de serviço de atendimento, é um conceito estabelecido e permanentemente cultivado na gestão. É o Fórum Clóvis Beviláqua capacitando para a cultura de qualidade em todos os seus serviços. E, como surgiram outras necessidades em razão da pandemia e do teletrabalho, o curso se destinou ao fortalecimento do bem-estar do servidor, como um todo, com o curso 'Sentir-se Bem para Servir Melhor', o qual abordou a psicologia positiva e a identificação das forças de caráter individuais. Foram momentos muito produtivos, respeitosos e integrativos para os participantes", ressalta a diretora do Fórum, juíza Ana Cristina Esmeraldo.

CAJ | Média de atendimentos

2018
44,1 mil / mês
2019
55,3 mil / mês
2020*
39,7 mil / mês

*O horário de funcionamento foi reduzido durante a pandemia da Covid-19.

Fonte: Diretoria Estadual de Atendimento

Medidas tornam o atendimento mais humanizado e confortável

Certidões online

Desde setembro de 2019, a emissão de certidões pela CAJ em Fortaleza passaram a ser exclusivamente online, pelo Portal do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Por meio de Sistema de Requerimento e Expedição de Certidões (Sirece), o usuário emite os documentos pelo computador, evitando deslocamentos, filas e consumo de papel.

O Sirece permite a disponibilização automática das certidões negativas (cível e criminal); judicial (cível

e criminal); de falência e concordata; de inscrição de candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE); de naturalização; de registro de porte de arma; ação possessória; inventário e arrolamento; e de interdição, tutela e curatela. Já os documentos, emitidos no âmbito do 2º Grau (Tribunal), são certidão de narrativa, prática jurídica e judicial.

Conveniência

Quem vai presencialmente (há regras de atendimento na pandemia) ao Fórum Clóvis Beviláqua percebe o cuidado em receber bem o público, com a oferta de serviços e comodidades que tornam a visita mais acolhedora. Um dos mais essenciais é a ferramenta "Localize-se no FCB", disponível no Portal do TJCE, que faz parte do projeto da nova comunicação visual. Na plataforma, o interessado faz busca pela unidade que deseja visitar e sabe exatamente onde fica. Também é possível visualizar os mapas de todos os níveis e setores do prédio, além de acessar à lista das Varas, dos Juizados e das unidades administrativas.

Outros benefícios conquistados no biênio 2019/2021 são ventiladores nos corredores, bebedouros, sala de amamentação, carrinhos de bebê, posto de informações, guarda-volumes, praças climatizadas, novos banheiros, máquinas de café e lanche, estações de carregamento de celular e notebook, achados e perdidos, sala ecumênica, projeto de paisagismo e uma vasta programação cultural com exposições e eventos musicais.



Sala ecumênica é disponibilizada no Fórum Clóvis Beviláqua

Cuidado e proteção na hora de ouvir crianças e adolescentes

Os depoimentos especiais de crianças e adolescentes (vítimas ou testemunhas de violências, em especial o abuso sexual estão ocorrendo, no Judiciário cearense, com abordagem mais humanizada, evitando a revitimização e a violência institucional. Antes, a oitiva ocorria na presença de diversos profissionais e até mesmo do acusado/representado pela agressão.

A partir das mudanças, o TJCE, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) e do Grupo de Trabalho sobre Depoimento Especial, vêm desenvolvendo projeto de implantação de salas de Depoimento Especial, inicialmente, em 15 comarcas do Interior. "O ato precisa acontecer em local apropriado e acolhedor, pois envolve situações complexas com crianças e adolescentes. Tudo deve ser destinado a esse propósito, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade do depoente. Para um adulto, depor à Justiça, já causa impacto emocional, com medo e constrangimento, imagine uma criança, que fará relato da situação mais difícil da vida dela. Precisamos proporcionar local em que ela se sinta bem, acolhida e segura, sem interferências e pressões", explica a desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, coordenadora da CIJ.

As alterações vieram com a Lei federal nº 13.431/2017. No âmbito do Judiciário cearense, a legislação está regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 06/2020, publicada em 2 de junho do mesmo, instituindo o Núcleo de Depoimento Especial (NUDEPE), vinculado à Superintendência da Área Judiciária do TJCE. No dia 8 de dezembro, foi assinado o Termo de Cooperação

Técnica entre o Tribunal e instituições do Sistema de Justiça no Ceará. Com a definição da equipe do NUDEPE, a desembargadora Vilauba Lopes ficou no comando desse projeto.

A lei orienta que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidos em espaços adequados e por entrevistador forense capacitado. A primeira capacitação ocorreu ainda no final da gestão do desembargador Gladysson Pontes, em 2018, e com a criação do Grupo de Trabalho pela Presidência do TJCE, por meio da Portaria nº 2472/2018.

Com o fito de implementar o Depoimento Especial no Estado, foram realizadas mais duas capacitações para entrevistadores forenses e magistrados, utilizando o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense que foi recentemente recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a escuta de crianças e adolescentes em situações de violência. Atualmente, há três salas instaladas no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza: uma na 12ª Vara Criminal, especializada em crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes, e duas no Complexo do Depoimento Especial, que podem atender demandas das demais Varas da Capital.

O Grupo de Trabalho também finalizou a avaliação dos prédios em 15 comarcas que terão salas adaptadas: Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Morada Nova, Caucaia, Maracanaú, Itapipoca, Sobral, Tianguá, Crateús, Baturité, Camocim, Aracati, Canindé e Tauá. Em seguida, serão avaliados outros blocos de 15, até o Estado todo ser contemplado.



Sala de depoimento especial garante espaço adequado

Expansão

Mesmo sem as salas próprias, algumas comarcas têm se esforçado para a realização do depoimento especial, a partir das orientações realizadas pela CIJ inicialmente, e agora, pelo NUDEPE, que designa o entrevistador forense para atender à demanda e explica como fazer adaptação momentânea nos espaços, como ocorreu em Jijoca de Jericoacoara, em outubro de 2020. Mesmo durante a pandemia, houve adequação da estrutura para esse tipo de depoimento. A juíza da Comarca, Renata Esser de Souza, espera que as salas se tornem ferramentas de possível utilização em todos os processos em que haja a necessidade de ouvir crianças e adolescentes, "inclusive em sede de produção antecipada de provas, para que elas sejam ouvidas uma única vez, evitando, com isso, que venham a revivenciar possíveis traumas".

Desde 2018, nas estruturas permanentes e adaptadas da Capital (especialmente na 12ª Vara Criminal) e do Interior, já foram realizados quase 700 depoimentos especiais

Entrevistador forense

Profissional treinado para estabelecer vínculo com as crianças e adolescentes que chegam com sentimentos negativos, desconforto e ansiedade. Eles usam estratégias para se aproximar e interagir de forma acolhedora e humanizada, para que a vítima enxergue nele uma figura de proteção, aumentando a probabilidade de apresentar o relato com maior qualidade, mais próximo dos objetivos legais da entrevista.

no Ceará. Devido à pandemia, houve redução, mas com segurança os trabalhos estão sendo retomados.

"Durante a pandemia, iniciamos a vinculação de entrevistadores forenses. Os depoimentos acontecem na unidade judiciária com apenas o entrevistador, um servidor para operar a tecnologia e o depoente com o responsável. Magistrado, promotor, defensor, advogado e o suposto acusado podem acompanhar por videoconferência, sem interferir no protocolo. São tomadas as providências sanitárias necessárias na parte presencial para preservar a saúde dos envolvidos", explica a desembargadora Vilauba Lopes.



Equipe do GT e representantes de outras instituições

Membros do Grupo de Trabalho

Juizes Mabel Viana, Deusdeth Rodrigues Júnior e Ilina Castro. Servidores: Ana Celina Nunes, Iana Martins, Ioneide Monteiro, Rochelli Trigueiro, Priscila Teófilo, Meire Costa e Marcus da Costa.

Comunicação permanente com o cidadão

Com relevante contribuição para a maior aproximação do cidadão com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a Ouvidoria do Poder Judiciário esteve, nos dois últimos anos, focada na maior celeridade das respostas às demandas e na criação de novos canais de comunicação com o público. A Cartilha e a Carta de Serviços (disponível em www.tjce.jus.br), além da presença no aplicativo "TJCE Mobile" (acessível pelo smartphone) e outros meios (como telefones, sistema eletrônico e e-mail) vieram solidificar a excelência no atendimento e comprovar o empenho das equipes. O "QR Code", que está em desenvolvimento, reforça essa pluralidade.

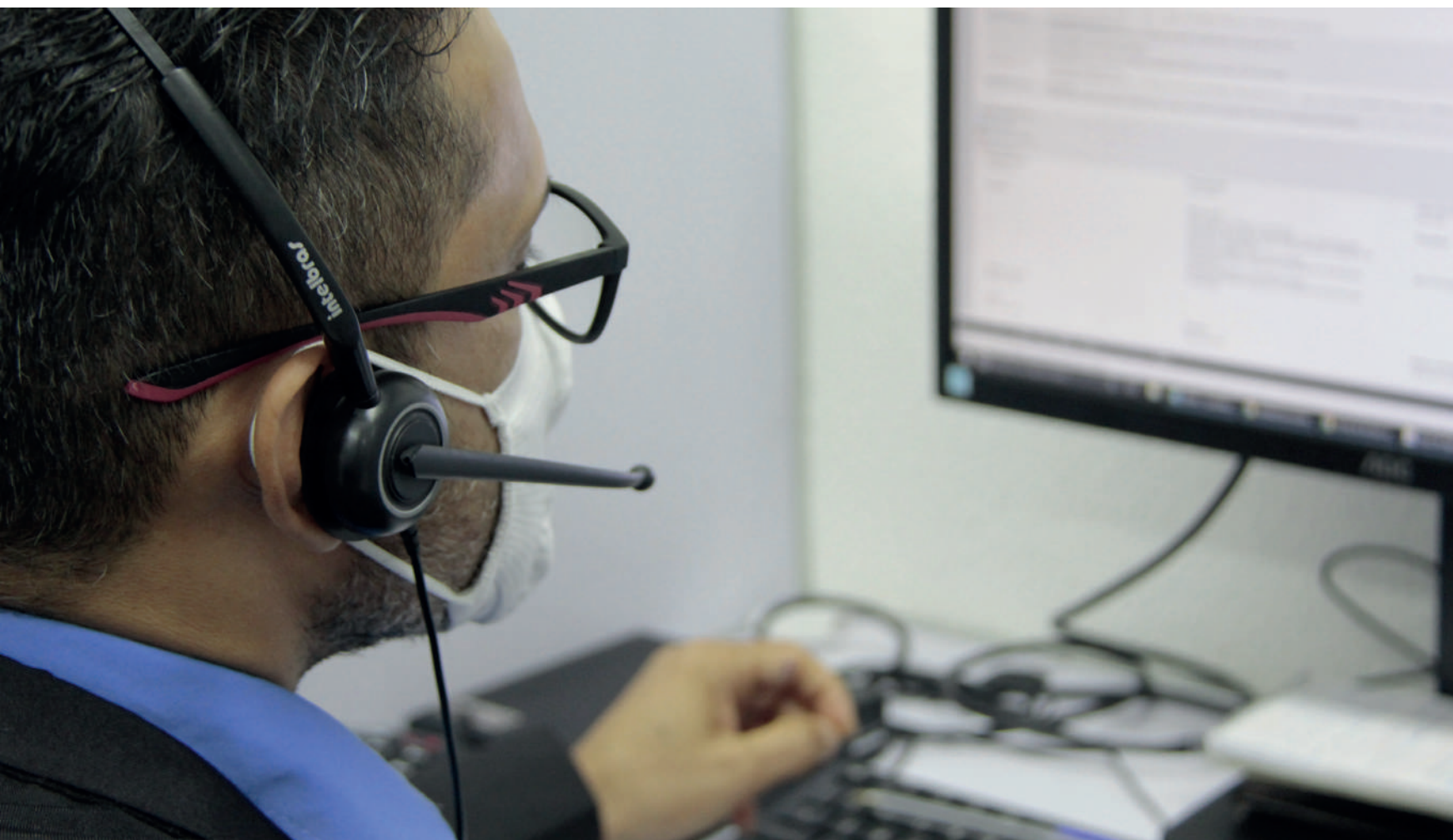
No biênio 2019/2021, a Ouvidoria realizou audiências públicas por todo o Estado, contemplando todas as Zonas Judiciárias, com encaminhamento e resolução de diversos pedidos de usuários da Justiça e servidores. Também houve a produção de informações estratégicas que possibilitam a melhoria na qualidade dos serviços da unidade.

"Nesta Gestão, avançamos no propósito de melhor servir ao jurisdicionado, sempre buscando meios de fazer o serviço da Ouvidoria mais próximo do cidadão, mais ágil em sua resposta, denotando maior confiabilidade no serviço prestado pelo Poder Judiciário", avalia o desembargador Mário Parente Teófilo Neto, ouvidor do TJCE.

Em 2020, em meio às necessárias adaptações impostas pela pandemia da Covid-19 e o distanciamento social, a Ouvidoria contabilizou média mensal de 1.224 manifestações, todas respondidas. "Avançamos no que concerne à melhoria do trabalho realizado, mais célere e mais ágil nas respostas às demandas dos cidadãos. Observamos que, durante o TeleTrabalho, as respostas dos setores administrativos, unidades judiciárias, gabinetes demandados, têm sido mais rápidas e refletem a melhoria na comunicação entre o Poder Judiciário, esta Ouvidoria, usuários da Justiça e servidores", destaca o desembargador.



Ouvidoria do TJCE busca maior proximidade com o cidadão



Sistema eletrônico

A Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, experimenta maior eficiência no controle do fluxo de respostas e mais agilidade no tratamento das demandas com a crescente utilização do sistema eletrônico Sioge. Ainda em fase de ajustes, a ferramenta dá satisfatórios retornos a cerca de 90% dos encaminhamentos.

O ouvidor do Fórum, juiz Gúcio Carvalho, ressalta que, apesar do distanciamento social, a melhora nos números do Judiciário cearense reflete favoravelmente no trabalho do setor. "A pandemia impactou essa gestão da Ouvidoria, porque o contato direto é uma forma sempre muito efetiva de transmitir o sincero empenho em comprometer-se com a solução de cada problema apresentado. Entretanto, mesmo com os servidores trabalhando remotamente, com a utilização do Sioge, temos dado respostas à população e repassado informações fundamentalmente positivas sobre a produção na Justiça estadual.

Canal direto

A implantação da Ouvidoria da Corregedoria-Geral da Justiça, na gestão do desembargador Teodoro Silva Santos, inclusive com a publicação de Manual com orientações, possibilitou receber demandas específicas da unidade correicional.

"O objetivo da Ouvidoria [da Corregedoria] é orientar, transmitir informações e contribuir para o aprimoramento das atividades desenvolvidas, bem como promover a articulação com os demais órgãos para atender às demandas sobre os serviços no âmbito judicial e extrajudicial", destaca o desembargador Teodoro Silva Santos.



NÚCLEO DE APOIO

Conhecimento para garantir o direito à saúde



Magistrados, servidores e colaboradores participam de cursos, grupos de trabalho e projetos em parceria com instituições da área para qualificar decisões em processos relacionados ao tema

A atuação do Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS/CE), com apoio do Comitê Executivo da Saúde do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), nos dois últimos anos, teve foco no aprimoramento do conhecimento de magistrados, servidores e colaboradores que, de alguma forma, têm contato com processos da área de saúde. Também objetivou a maior qualificação das decisões judiciais relacionadas ao assunto.

Capacitações ocorreram com a parceria da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmece) no Interior, como Sobral e comarcas da Região do Cariri. "Pode-se dizer que a realização do curso foi bastante proveitosa, não somente para os magistrados, como também

para os defensores públicos, promotores de Justiça e advogados que participaram dos encontros", destaca a juíza Antônia Dilce Rodrigues Feijão, coordenadora do NAT-JUS. A magistrada lembra que, também no ano passado, ocorreram cursos em Fortaleza sobre tutela liminar com foco em demandas de saúde propostas durante o recesso forense.

Houve ainda a criação de Grupo de Estudos em parceria com o Comitê Executivo da Saúde do TJCE. A equipe participa do programa de extensão Direito e Gestão na Saúde Pública, da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a coordenação do professor Felipe Braga Albuquerque.

Expansão

Atualmente, o Núcleo atende a 82 comarcas, localizadas na 1ª, 3ª, 5ª, 7ª e 12ª Zonas Judiciárias do Estado. Com a última expansão, que ocorreu em novembro de 2020, do serviço, o NAT-JUS completou quatro anos de implantação. Segundo a juíza Dilce Feijão, a experiência bem-sucedida em Fortaleza e Região Metropolitana permitiu a ampliação do serviço. "Agradeço a todos os membros integrantes do NAT-JUS que nesses quatro anos de funcionamento vêm se dedicando com muito esmero ao núcleo, contribuindo de forma efetiva na melhoria

das decisões do judiciário cearense. Nossa pretensão é estender para todo o Estado do Ceará", declarou.

Atuando na 3ª Vara de Barbalha, a juíza Ana Carolina Montenegro Cavalcanti afirma que "a atuação do Núcleo traz amparo técnico e científico à prestação jurisdicional. Com presteza e agilidade, o Núcleo responde às consultas formuladas, embasando com fundamentos científicos as decisões judiciais".

Instituições parceiras

Outro destaque foi a oficina promovida pelo Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Hospital Sirio-Libanês, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em debate, o aprimoramento das notas técnicas, metodologias de busca e otimização dos trabalhos técnicos do NAT do Ceará.

Já o Termo de Cooperação Técnica entre TJCE e Instituto do Câncer do Ceará, tem a finalidade de utilização de sistema de inteligência artificial para processar dados referentes a tratamentos de pacientes com câncer, dando suporte às decisões judiciais.



Equipe do NAT-JUS durante reunião



Campanha "Sinal Vermelho" teve início em agosto de 2020

PROTEÇÃO

Conscientização pelos direitos das mulheres

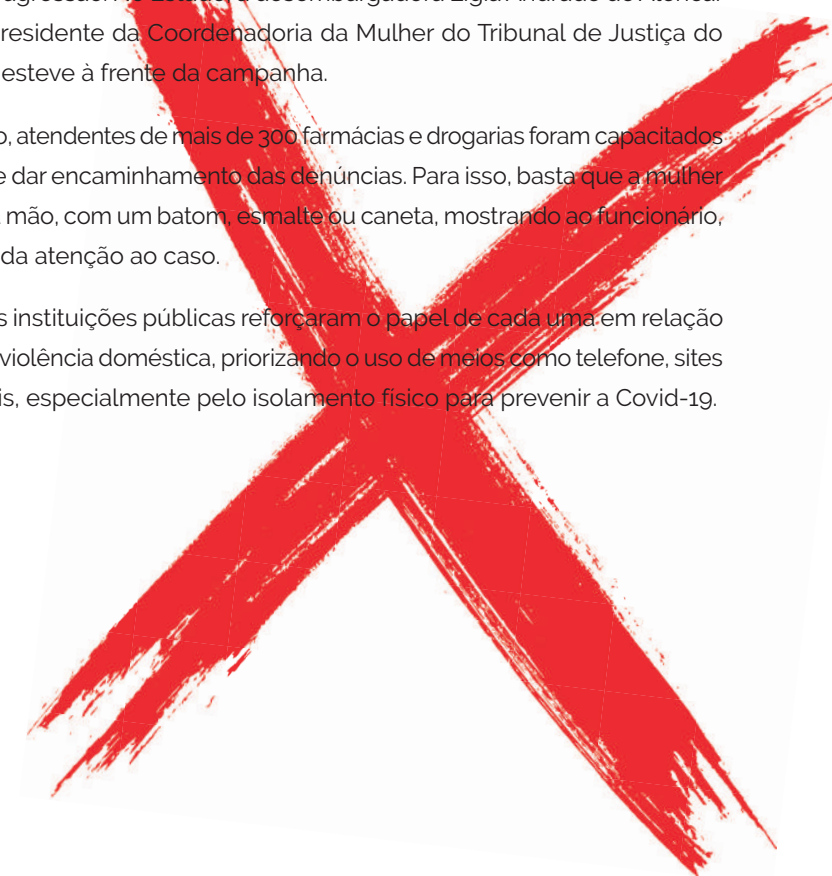
Durante o biênio, a Justiça do Ceará atuou de forma ativa e, mesmo com as restrições da pandemia, conseguiu dar a devida relevância ao combate à violência doméstica

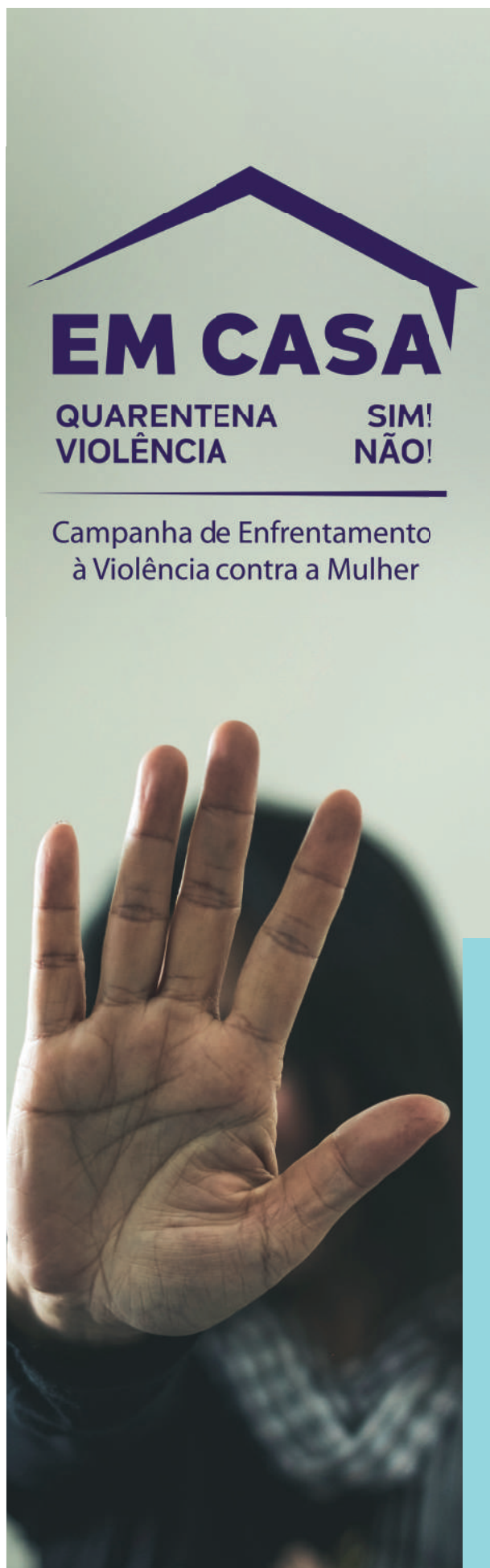
Ao longo de 2019 e 2020, a mulher e o combate à violência doméstica receberam atenção especial do Judiciário cearense, por meio de ações de conscientização. Um exemplo, foi a campanha "Sinal Vermelho", que contou com participação de representantes da sociedade e dos Três Poderes estaduais.

Idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a iniciativa promoveu, em agosto de 2020, uma rede de estabelecimentos comerciais que atuam como canais em apoio às vítimas desse tipo de agressão. No Estado, a desembargadora Lúcia Andrade de Alencar Magalhães, presidente da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), esteve à frente da campanha.

Durante a ação, atendentes de mais de 300 farmácias e drogarias foram capacitados para receber e dar encaminhamento das denúncias. Para isso, basta que a mulher faça um "X" na mão, com um batom, esmalte ou caneta, mostrando ao funcionário, que dá a devida atenção ao caso.

Além disso, as instituições públicas reforçaram o papel de cada uma em relação ao combate à violência doméstica, priorizando o uso de meios como telefone, sites e redes sociais, especialmente pelo isolamento físico para prevenir a Covid-19.





Divulgação sistemática

Outra medida, a campanha "Em casa, quarentena sim, violência não!", lançada logo no início da pandemia. Criada pela Coordenadoria da Mulher, foi desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social do TJCE, utilizando a divulgação sistemática nas redes sociais e nos canais internos, além do envio por WhatsApp, ao público externo cadastrado, de material contendo dicas de como denunciar, canais de atendimento, tipos mais comuns de violência, direitos garantidos em lei e penalidades para quem comete esse tipo de crime.

A iniciativa teve a participação do Juizado da Mulher de Fortaleza. Foram elaboradas peças que puderam ser compartilhadas em grupos de família, amigos e trabalho, com informações importantes para ajudar as mulheres.

A juíza Rosa Mendonça, titular do 1º Juizado da Mulher da Capital, explicou que, quando a pandemia começou, houve a preocupação com o crescimento dos casos de violência doméstica, por conta do isolamento da vítima com o agressor. Então, a partir da necessidade de chamar atenção para a situação, a Coordenadoria começou a promover iniciativas que ampliassem as possibilidades de denúncia. "As campanhas vieram também para mostrar à população que continuávamos trabalhando e que as vítimas continuavam tendo o devido atendimento", destaca.

Paz em Casa

Ainda no biênio, houve a realização de quatro edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa, que tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha, concentrando esforços de magistrados e servidores para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. Normalmente, a mobilização, iniciada em 2015, conta com três eventos por ano, mas em virtude da pandemia foi realizada somente um em 2020, seguindo determinação do CNJ, idealizador do projeto, realizado em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o país.

No Ceará, foram 2.041 sentenças e 1.710 medidas protetivas. As 150 unidades judiciárias envolvidas promoveram 1.561 audiências.

DESTAQUE NACIONAL



Juizados da Mulher reduzem taxa de congestionamento quase pela metade

TJCE amplia capacidade de atendimento

Em 2019 e 2020, o Tribunal ficou entre os melhores do país em relação aos Juizados da Mulher e conseguiu ampliar o acesso à população

No Estado, os Juizados da Mulher, que atuam nos casos de violência doméstica, ganharam destaque no relatório "Justiça em Números", edição 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A taxa de congestionamento dessas unidades do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foram reduzidas quase pela metade, passando de 84,3%, em 2018, para 43,5%, em 2019, sendo a terceira menor do país, atrás apenas do Distrito Federal e do Amapá.

A redução mostra que, em 2019, os dois Juizados que existiam até então, localizados em Fortaleza e em Juazeiro do Norte (Região do Cariri), conseguiram melhorar a

efetividade da relação entre o estoque processual e o número de baixas. À frente das unidades estavam os juizes Rosa Mendonça e Teresa Germana de Azevedo (Capital) e José Acelino Carvalho (Juazeiro).

O mesmo relatório do CNJ também destacou a quantidade de processos baixados por vara exclusiva de violência doméstica no Judiciário cearense em 2019. Com 9.280, o TJCE teve o maior número entre os 27 Tribunais de Justiça. A baixa processual é o fim da tramitação processual, após os julgamentos e as movimentações subsequentes, quando se encerram as atividades daquele processo.



Juizas Rosa Mendonça e Teresa Germana de Azevedo e desembargador Washington Araújo

Investimento e apoio do Tribunal

O sucesso no "Justiça em Números" 2020 foi obtido devido a uma série de fatores que contribuíram para a maior eficiência. É o que explica a juíza Rosa Mendonça. "Tivemos o auxílio da atuação do Núcleo de Produtividade Remota e do Núcleo de Qualidade da Informação do Tribunal, que somaram esforços ao nosso trabalho. Só em Fortaleza, conseguimos reduzir de 30 para 16 mil processos o acervo da unidade", destaca.

Cariri

Além de Fortaleza, os resultados também mostram o desempenho igualmente expressivo do Juizado da Mulher localizado no Cariri, que, em 2019, movimentou 14.203 processos. O titular da unidade, juiz José Acelino Carvalho, afirma que o propósito é contribuir ao máximo para a celeridade. "Priorizamos, com empenho, a concessão

"Tivemos ainda a nomeação de mais quatro servidores para o Juizado de Fortaleza e a implantação da Central de Oficiais de Justiça exclusivos da violência doméstica", ressalta a magistrada, que também reforça a importância das Semanas da Justiça pela Paz em Casa, que concentraram esforços de magistrados e servidores para acelerar o andamento das ações.

ou apreciação das medidas protetivas de urgência, pois reconhecemos que quando uma mulher está albergada com medidas protetivas ela se sente mais segura, possibilitando melhor atuação do Sistema de Justiça, inclusive para a prisão do agressor em caso de descumprimento da ordem judicial."

2º Juizado em Fortaleza

Além dos indicadores positivos, em junho de 2020, o TJCE criou o 2º Juizado da Mulher em Fortaleza. A iniciativa permitiu ampliar a capacidade de atendimento. A juíza Teresa Germana Lopes, que atuava como magistrada auxiliar do Juizado que existia (era único e hoje é o 1º), passou a ser a titular da nova unidade (2º).

Com quatro meses de funcionamento, atingiu a marca de 2.730 atendimentos. Como foi instalado durante a pandemia do novo coronavírus, o funcionamento da unidade já nasceu adaptado ao novo cenário, com serviço preferencialmente virtual, por meio de e-mail e WhatsApp.

A juíza afirma que há preocupação em responder a todos os e-mails dentro de uma hora após o recebimento, sendo o prazo máximo de 24 horas. Já pelo aplicativo, o atendimento é feito ainda mais rápido e pode ser realizado por chamada, envio de áudios ou mensagens escritas.

"Temos o objetivo de prestar atendimento eficaz e útil, com a participação direta da supervisora, Edilene Viana Freires, para evitar qualquer tipo de protelação ou impossibilidade de realização das providências necessárias", ressalta.

VALORIZAÇÃO

Reconhecimento de quem faz o trabalho acontecer

Gestão do TJCE buscou a maior valorização dos servidores, que atuam diariamente na construção de um Judiciário mais efetivo



Servidor Paulo Henrique Maia recebe certificado por sugerir o nome do programa "Servidor+"

Desde o início da atual Administração do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), uma mudança progressiva no modo de se comunicar com os servidores e magistrados foi sendo desenhada. Por ser uma instituição que abrange todo o Estado, havia a necessidade de expansão dos canais para contemplar todos os colaboradores.

E na crise do novo coronavírus houve rápida adaptação nesse sentido, porque o TJCE já vinha se empenhando em

um aspecto que se tornou muito importante ao trabalho remoto: a comunicação. "Mesmo antes do cenário criado pela pandemia, já vínhamos observando que o e-mail e a intranet não eram suficientes para informar muitos dos nossos servidores, principalmente do Interior. Foi preciso pensar em novas maneiras com o objetivo de chegar às pessoas tão essenciais à atuação do Judiciário", ressalta o chefe da Assessoria de Comunicação do Tribunal, Ilo Santiago Júnior.



Canais diretos

Ferramentas como o WhatsApp foram fundamentais ao diálogo constante. Vídeos informativos, avisos e criações gráficas passaram a ser enviados, mantendo canal direto da Gestão com o público interno. Atualmente, quase 1.000 servidores e 200 juízes recebem o conteúdo diariamente em todo o Estado.

A Administração do TJCE sentiu a necessidade de estreitar ainda mais essa relação e criou o "Presidente Responde", desenvolvido em formato de áudio. Com as perguntas selecionadas, o chefe do Judiciário estadual, desembargador Washington Araújo, responde a questões sobre os mais variados assuntos. É uma das ações do programa "Servidor+", que visa promover melhores condições de trabalho e maior qualidade de vida para os colaboradores, além de dar maior transparência à Gestão. Nos dois anos, foram oito produções, com mais de 100 perguntas respondidas.

Ainda no 2019, foi lançada a TJNet, ferramenta mais intuitiva e voltada ao servidor, em substituição à antiga intranet. A reformulação buscou tornar o conteúdo mais atraente e dinâmico e dispor os dados de forma mais organizada, para que sejam acessados de forma mais simples e rápida.

Foram elaborados mais espaços para notícias e informativos, abrangendo os assuntos de interesse dos diversos públicos e também dar maior visibilidade a ações desenvolvidas por todas as unidades do Judiciário cearense, tanto da Capital quanto do Interior.





Desembargador Heráclito Vieira durante Curso de Formação de Magistrados

Justiça mais próxima e capacitada

O Judiciário cearense buscou, na atual Gestão, uma maneira de estar mais próximo do colaborador com o projeto "SGP Itinerante". Iniciado em janeiro de 2020, foram realizadas visitas presenciais ao Interior antes do TeleTrabalho obrigatório e, posteriormente, reuniões online, alcançando 21 comarcas de todas as regiões do Estado.

A ação permitiu à Administração conhecer melhor as diferentes realidades de trabalho e possibilitou que os servidores se informassem sobre medidas adotada pelo Tribunal. A secretária de Gestão de Pessoas do TJCE, Vlândia Teixeira, acredita que o projeto alcançou o seu propósito, promovendo diálogo e aproximação.

"A ideia surgiu da necessidade de aproximar os nossos servidores da Administração da qual eles fazem parte e ajudam a construir. Ouvimos diversos pleitos, tentamos e conseguimos solucionar diversas demandas apresentadas nas reuniões. Realizamos o evento em todas as comarcas que, pela reestruturação do Judiciário, estão passando pelo processo de agregação. Faço um balanço extremamente positivo porque conseguimos apresentar os diversos serviços que a SGP fornece aos nossos colaboradores e construímos ali uma ponte de acesso", avalia.

Capacitação e crescimento

Alinhado ao Planejamento Estratégico, a gestão do TJCE, por intermédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, não poupou esforços para aprimorar as competências dos colaboradores, realizando 152 eventos, entre cursos e palestras, e capacitando um total de 4 mil participantes.

Na área jurídica, os temas abordados nos treinamentos percorreram desde conteúdos de Direito Civil e Penal a temas em destaque na sociedade como "Identidade de gênero: o uso do nome social de pessoas trans, travesti e transexuais no judiciário". Já na área administrativa, buscou aprimorar a habilidades dos gestores atuais, bem como a preparação de possíveis sucessores, com vistas à continuidade da prestação jurisdicional de qualidade.

Vale destacar, durante o biênio, a evolução na aplicação da Avaliação de Desempenho por Competências (ADC) para os servidores em geral e para aqueles em Estágio Probatório. O projeto, que foi iniciado na gestão anterior

e passou por diversos ajustes, tem como principal motivação o estabelecimento da cultura de avaliação com acompanhamento contínuo das equipes pelos gestores. No ano de 2020, o Ciclo ADC teve o alcance de 94% dos Acordos assinados, 88% dos servidores realizaram a autoavaliação e 93,60% dos gestores concluíram a avaliação de suas equipes.

Após a posse de 31 novos juizes, em fevereiro de 2020, teve início o VI curso de formação inicial para juizes substitutos. Devido à pandemia, a Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) credenciou os módulos presenciais na modalidade ensino a distância (EaD). A Esmec realizou ainda o primeiro curso de Formação de Formadores – Módulo 1 na modalidade EaD do Brasil. Foram certificadas, nos dois anos da Gestão, 302 pessoas, mais 217 no segundo e 180 no terceiro. A Escola promoveu ainda 76 cursos de formação continuada.



Cultura

Além de treinamentos, a unidade não deixou de lado a cultura nem mesmo durante o distanciamento social provocado pelo novo coronavírus. A terceira edição do projeto "Esmec Artes", por exemplo, ocorreu de maneira totalmente virtual, em novembro de 2020. No total, foram 39 eventos online durante o período.

O diretor da Escola, desembargador Heráclito Vieira Neto, ressalta que "trabalhar somente na formação de magistrados não é suficiente para que tenhamos magistrados aptos para julgar com correção, com precisão,

com justiça. Também é preciso ampliar os horizontes, abrir as mentes dos magistrados e servidores que fazem o Judiciário, para que assim possam entregar uma Justiça com qualidade".

Para o coordenador da Escola, juiz Ângelo Vettorazzi, é preciso se "reinventar e o 'Esmec Artes' também precisou se adaptar. É absolutamente pertinente nesse momento trazer um pouco de alegria às nossas almas, no momento em que o mundo todo padece em razão dessa nossa triste realidade".

MODERNIZAÇÃO E RESULTADOS



Adriana Couto
Advogada

“

Atualmente temos nos deparado com implementações por parte do Tribunal de Justiça do Ceará que vêm implicando uma série de mudanças. Recentemente, a nova gestão elevou as Comarcas de Tauá, Quixadá e Iguatu à condição de Entrância Final, além da especialização nas Comarcas e o aumento de secretarias nas cidades com maiores demandas. Sem sombra de dúvida, tais práticas refletirão na busca por um Judiciário eficiente e com qualidade, o que certamente, uma vez alcançados, otimizarão os serviços prestados, assegurando aos advogados maior viabilidade em suas demandas processuais. Ademais, acredita-se que iniciativas como estas que visam remodelar a Justiça do Estado, trarão maior equilíbrio, proporcionando o aumento da eficiência e da capacidade de dar conclusões rápidas à sociedade.

”

COMARCAS

Surge uma nova Justiça no Ceará

Mudanças permitem racionalizar a estrutura judicial, gerando mais eficiência e rapidez no atendimento, além de priorizar a qualidade

Desembargadores do TJCE e governador Camilo Santana no Palácio da Abolição

Em uma transformação crescente e cada vez mais necessária, o Judiciário cearense está modernizando a estrutura, sobretudo no Interior, para atender o cidadão com mais eficiência e celeridade. Esse processo vem ocorrendo nos últimos anos e teve, neste biênio, alterações significativas, com elevação, especialização de unidades e agregação de comarcas.

No dia 4 de janeiro de 2021, o governador do Estado, Camilo Santana, sancionou a lei que transforma, sem aumento de despesa, cargos vagos efetivos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Participaram da solenidade, no Palácio da Abolição, os desembargadores Washington Araújo

(presidente do TJCE), Nailde Pinheiro (vice-presidente e presidente eleita para a Gestão 2021/2023), Teodoro Silva Santos (corregedor-geral) e Paulo Airton Albuquerque Filho (corregedor-geral eleito).

A sanção da norma, aprovada pela Assembleia Legislativa em 10 de dezembro de 2020, é a conclusão do Programa de Modernização do Judiciário cearense iniciado em 2019. A finalidade é dinamizar e aprimorar os serviços oferecidos à população. "O desembargador Washington e sua equipe têm feito uma verdadeira transformação no Tribunal de Justiça do ponto de vista de modernização, dando mais eficiência e velocidade nos julgamentos aqui no Ceará. Inclusive, o Tribunal hoje é uma referência

para todos os Estados da Federação, pois foi o primeiro Tribunal de Justiça a contrair financiamento junto a Banco Internacional para modernizar e estruturar todas as comarcas", destaca o governador.

A lei é resultado de projeto proposto pelo TJCE. Entre os pontos está a transformação de 31 cargos efetivos de servidores, provenientes de outros cargos que perderam a efetiva necessidade em decorrência da otimização dos recursos internos, sem mais possibilidade de serem providos. Essa mudança propiciará a posse de candidatos aprovados no último concurso público do Tribunal. Também transforma 16 cargos vagos de magistrados em 100 de assistentes de apoio judiciário, com formação em

Direito, que vão reforçar o trabalho nas comarcas. Também fica estabelecido que pelo menos 20% dos cargos em comissão da área de apoio direto à atividade judicante e 50% da área de apoio indireto deverão ser destinados a servidores de carreira.

"Nós temos tido no governador Camilo Santana um parceiro, que entendeu a seriedade da Gestão do Tribunal e a necessidade de modernizar as estruturas do Judiciário cearense, tanto organizacional quanto em tecnologia, para que gente possa atender cada vez melhor. Todo o trabalho que se faz é voltado para produtividade e celeridade, para dar ao cidadão cearense uma resposta do que ele foi buscar no Judiciário", afirma o presidente.

Elevação

Em outubro de 2020, o TJCE elevou Quixadá, Iguatu e Tauá, que eram de Entrância Intermediária (tamanho médio), à Entrância Final (grande porte). E Guaraciaba do Norte foi elevada à Entrância Intermediária. Assim, as comarcas ganham mais estrutura de atendimento à população e se tornam mais atraentes à carreira dos juizes, evitando promoção (para unidades maiores) ou remoção (mudança entre unidades de mesmo tamanho) dos magistrados, o que significa menor possibilidade de vacância dos cargos e garantia de sempre ter titulares em atuação para analisar e julgar os processos.

"É outro avanço no sentido de otimizar a tramitação processual, gerando impactos positivos na produtividade e celeridade. Quem mais ganha com isso é o cidadão", assegura o chefe do Judiciário cearense, desembargador Washington Araújo.

Especialização

Em setembro de 2020, o TJCE especializou a competência nas comarcas que possuem de duas a cinco unidades judiciárias (com implantação gradativa a partir de dezembro do mesmo ano). Na prática, foram criadas duas grandes áreas: Cível e Penal, permitindo que juizes e servidores trabalhem com matérias similares. Em algumas situações, não se trata de uma divisão absoluta.

A finalidade é trazer mais celeridade na tramitação dos processos, além de padronizar e dar maior racionalidade à distribuição das competências nas comarcas com mesmo número de Varas/Juizados. Veja na ilustração como ficou a situação em cada grupo.

O presidente do TJCE, desembargador Washington Araújo, avalia como "um passo importante dentro do processo de modernização. Essa medida e outras ações estratégicas estão construindo uma nova era na Justiça cearense, principalmente no Interior do Estado".

Em entrevista ao "TJCE em Podcast", o responsável pelo grupo que fez o estudo técnico, desembargador Heráclito

Tauá e Quixadá ganharão a 4ª Vara, enquanto Guaraciaba receberá a 2ª. O TJCE também criou unidades em Acopiara, Icó, Quixeramobim, Itapajé e Santa Quitéria (3ª Vara em cada Comarca); e em Jucás, Solonópole, Jaguaribe, Redenção, Marco, Uruburetama e São Benedito (2ª Vara). Serão 15 Varas para aumentar a capacidade de atendimento onde existe maior demanda, sem acréscimo de despesas, resultado do projeto de agregação de comarcas (leia mais adiante).

Enquanto não forem instaladas, os magistrados atuarão conforme designação do Tribunal, preferencialmente em acervo das unidades que serão agregadas. Além de participarem de concurso de remoção, os servidores poderão optar por continuar residindo no local de lotação de origem.

Vieira de Sousa Neto, explica que buscou-se "alterar algumas situações, distorções, em relação à distribuição de demandas nessas comarcas. Pelo modelo anterior, os juizes acumulavam competência cível e criminal. Existia alguma especialização, mas restrita. Então, todos os magistrados, de um modo ou de outro, tinham que julgar as duas matérias. No modelo proposto [atual], tentamos ao máximo, claro que não é absoluto, dividir as competências. Os juizes e os servidores são especializados em cada matéria".

O desembargador Heráclito Vieira Neto destaca os benefícios, como aumento da eficiência, produtividade e qualidade. "Têm objetivos claros e esperamos alcançá-los quase que de imediato com a entrada em vigor das mudanças. Há possibilidade de aprimorar os julgamentos. Existem estudos também que a especialização gera redução da taxa de congestionamento. Além disso, as políticas de gestão do Tribunal de Justiça serão direcionadas pelo tipo de unidade e haverá ganhos até mesmo no atendimento ao público".

Antes



Os dois juizes trabalhavam com processos das Áreas Cível e Criminal ao mesmo tempo.

Depois



Julga processos da Área Criminal



Julga processos da Área Cível

Obs.: Modelo adotado nas Comarcas com duas Varas

Competências nas comarcas

Comarcas com duas unidades

Acaraú, Beberibe, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Cascavel, Granja, Horizonte, Itaitinga, Massapê, Mombaça, Nova Russas, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Senador Pompeu, Trairi, Viçosa do Ceará, Jucás, Solonópole, Jaguaribe, Redenção, Marco, Uruburetama, São Benedito e Guaraciaba do Norte

Como Fica

Vara Criminal: todos os procedimentos criminais e os casos de competência do Juizado Especial Cível e Criminal

Vara Cível: todos os procedimentos cíveis, exceto os casos de competência do Juizado Especial Cível

Comarcas com três unidades

Aquiraz, Barbalha, Baturité, Canindé, Eusébio, Limoeiro do Norte, Maranguape, Morada Nova, Russas, Acopiara, Quixeramobim, Itapajé e Santa Quitéria

Como Fica

Vara Criminal: todos os procedimentos criminais, incluindo os casos de competência do Juizado Especial Criminal

1ª Vara Cível: matérias cíveis, incluindo os casos de competência do Juizado Especial Cível, e privativa de Registros Públicos

2ª Vara Cível: matérias cíveis, incluindo os casos de competência do Juizado Especial Cível, e privativa da Infância e da Juventude

Comarcas com quatro unidades

Aracati, Crateús, Itapipoca, Tianguá e Icó

Como Fica

Vara Criminal: procedimentos criminais

1ª Vara Cível: matérias cíveis e privativa de Registros Públicos

2ª Vara Cível: matérias cíveis e privativa da Infância e da Juventude

Juizado Especial Cível e Criminal: casos menos complexos e de menor potencial ofensivo

Comarcas com cinco unidades

Iguatu, Tauá e Quixadá

Como Fica

1ª Vara Criminal: procedimentos criminais e privativa do júri

2ª Vara Criminal: procedimentos criminais e privativa para casos da Lei Maria da Penha

1ª Vara Cível: matérias cíveis e privativa de Registros Públicos

2ª Vara Cível: matérias cíveis e privativa da Infância e da Juventude

Juizado Especial Cível e Criminal: casos menos complexos e de menor potencial ofensivo

Nas Comarcas de Vara Única a competência é geral para todos os assuntos. Em Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato, as unidades têm outras formas de especialização

Agregação

Já em dezembro de 2019, foi aprovada a agregação de comarcas com a finalidade de resolver desequilíbrio na distribuição das unidades em relação à média de casos novos, ou seja, algumas com baixa demanda e outras superdemandadas. O projeto, iniciado em fevereiro de 2020, será implantado ao longo de cinco anos, dentro de um planejamento que contempla avaliação e apresentação dos resultados à sociedade.

O desembargador Washington Araújo ressalta que o modelo em que cada município tem que ser sede de comarca foi concebido no passado, em que o processo era físico, mas que, hoje, não é mais possível nem necessário. "Estamos em um mundo em que o processo é eletrônico e o meio é digital. Não temos mais papel, distância, e isso vai nos permitir fazer uma revolução. Estamos enxugando a estrutura para torná-la mais ágil e eficiente."

A agregação funciona assim: uma comarca de maior estrutura (agregadora) recebe a demanda de uma comarca menor (agregada). Em um exemplo, Boa Viagem ficou responsável por Madalena. Veja todos os casos na tabela.

Nesse modelo, o processo tramita na comarca principal, mas o cidadão não precisa se deslocar para participar de audiências, nem o advogado. O peticionamento é feito pelo sistema processual eletrônico e as sessões são feitas por meio de videoconferência. Todos os fóruns continuarão abertos e o atendimento das pessoas será feito na cidade em que elas moram. Os servidores têm a opção de continuar onde já residem ou de mudar de comarca.



Assista ao vídeo com o presidente do TJCE gravado durante coletiva à imprensa.



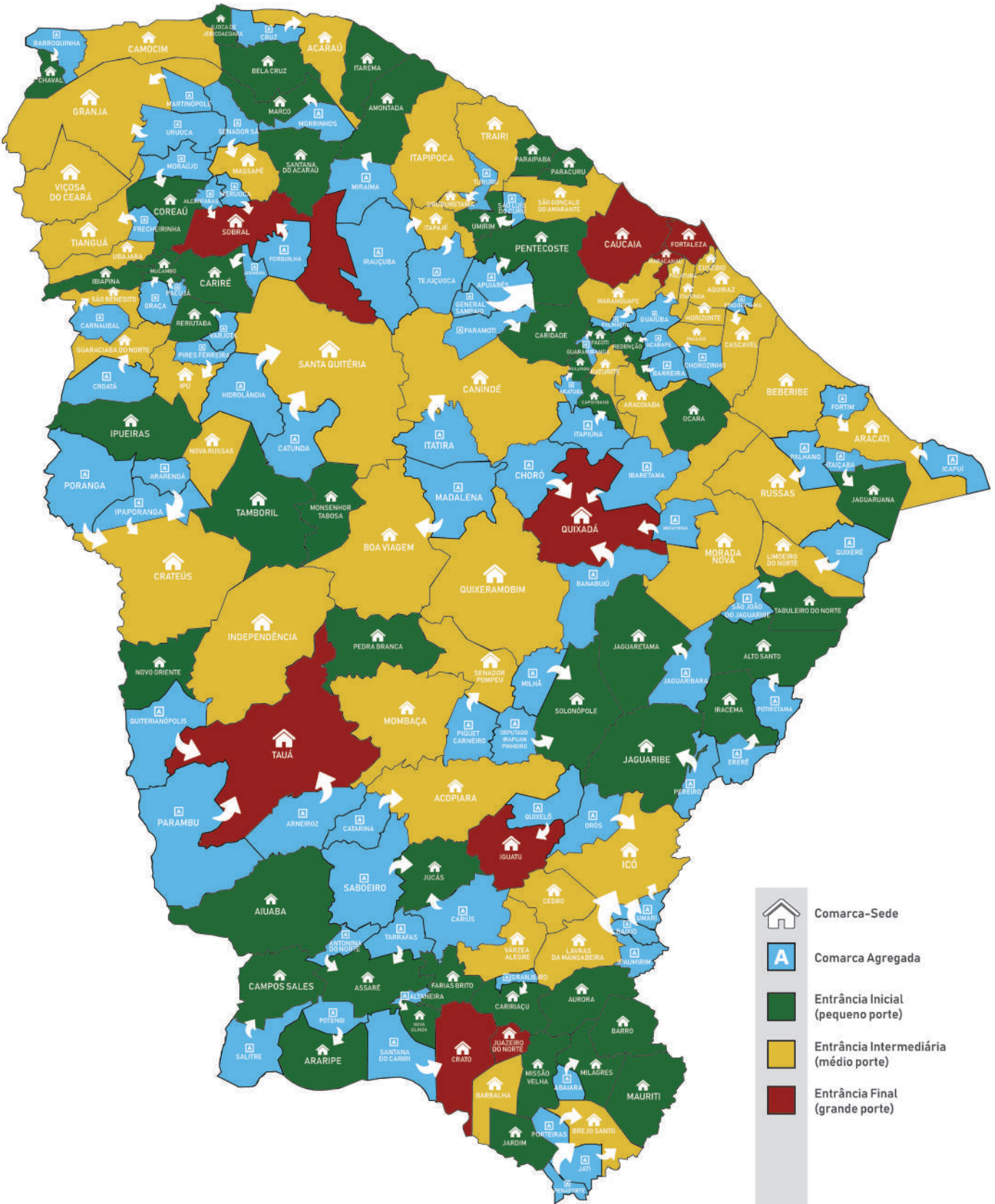
Pleno aprova agregação de comarcas

Agregação de comarcas

Agregadora	Agregada	Data da agregação
Boa Viagem	Madalena	03/02/2020
Canindé	Itatira	03/02/2020
Tauá	Quiterianópolis	03/02/2020
	Parambu	15/06/2020
Aracati	Fortim	13/03/2020
	Icapuí	A partir de 2021*
Limoeiro do Norte	Quixeré	16/03/2020
Senador Pompeu	Piquet Carneiro	15/06/2020
Iguatu	Quixelô	15/06/2020
Acopiara	Catarina	18/08/2020
Quixadá	Ibicuitinga	18/08/2020
	Ibaretama	A partir de 2021*
Crato	Santana do Cariri	A partir de 2021*
Brejo Santo	Jati, Penaforte e Porteiras,	A partir de 2021*
Jucás	Saboeiro	A partir de 2021*
Icó	Baixio, Ipaumirim, Orós e Umari	A partir de 2021*
Jaguaribe	Pereiro	A partir de 2021*
Iracema	Ererê	A partir de 2021*
Pacajus	Chorozinho	A partir de 2021*
Pacatuba	Guaiúba	A partir de 2021*
Cascavel	Pindoretama	A partir de 2021*
Itapajé	Irauçuba e Tejuçuoca	A partir de 2021*
Sobral	Alcântaras, Forquilha e Meruoca	A partir de 2021*
Mucambo	Graça e Pacujá	A partir de 2021*
Reriutaba	Varjota	A partir de 2021*
Granja	Martinópolis e Uruoca	A partir de 2021*
São Benedito	Carnaubal	A partir de 2021*
Guaraciaba do Norte	Croatá	A partir de 2021*
Tianguá	Frecheirinha	A partir de 2021*
Crateús	Ararendá, Ipaporanga e Poranga	A partir de 2021*
Santa Quitéria	Hidrolândia	A partir de 2021*
Redenção	Acarape e Barreira	A partir de 2021*
Pacoti	Guaramiranga	A partir de 2021*
Capistrano	Itapiúna	A partir de 2021*
Acaraú	Cruz	A partir de 2021*
Marco	Morrinhos	A partir de 2021*

*Previsão

Divisão das comarcas por entrância



Parte integrante da publicação Judiciário em Revista 2020 - Assessoria de Comunicação do TJCE

Fontes: lei estadual nº 16.397/2017 e Resoluções 05/2019 e 09/2020 do TJCE
Arte: Rannjon Cavalcante/TJCE

O Programa

Todas as ações fazem parte do Programa de Modernização do Judiciário, cuja finalidade principal é garantir mais celeridade aos processos, adequando a estrutura à demanda. As mudanças foram objeto de grupos de trabalho, que estudaram o assunto, a melhor forma de implantação e os benefícios.

INFRAESTRUTURA

Novos fóruns, reformas e mais conforto

Investimentos em construção, ampliação e novos equipamentos para levar bem-estar aos usuários da Justiça cearense

Em busca de melhorar o atendimento do cidadão, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem investido em melhorias das unidades do Judiciário, principalmente no Interior do Estado. A Comarca de Várzea Alegre (distante 439,9 km de Fortaleza), por exemplo, teve o novo fórum concluído em dezembro de 2020.

Foram R\$ 1.898.838,80 investidos na obra, que, segundo o secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE, Moisés Costa, "vai proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e aos operadores do Direito que lá atuam, como advogados e defensores públicos". O prédio foi construído em conformidade com as normas de acessibilidade, com Salão do Júri e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), além de salas reservadas à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará (OAB/CE), Defensoria Pública e Ministério Público, além de estacionamento ao público.

Os novos fóruns de Senador Pompeu, Uruburetama e Santa Quitéria estão previstos para entrega ainda no primeiro semestre de 2021. Já o prédio de Quixeramobim iniciará o processo de licitação, enquanto o de Aracati está em fase final de projeto.



Novo Fórum de Várzea Alegre é concluído em dezembro de 2020

As melhorias envolveram ainda 17 edificações, que passaram por reformas desde o início da Gestão. A mais recente modernização ocorreu em Baturité e incluiu adaptações dos espaços do Cejusc e da OAB e adequação de acessibilidade e de segurança. O investimento totalizou R\$ 546.437,09.

Também deve ser concluída no primeiro semestre de 2021 a reforma no Fórum do Crato. E estão em conclusão os processos licitatórios para reformar os prédios de Morada Nova, Pacatuba e Tauá.

Todas as reformas, construções e substituição de ar-condicionado, de mobiliário e de computadores fazem parte do programa "+ Interior", que vem sendo executado desde 2019 em todo o Estado. O objetivo é proporcionar melhores condições de trabalho aos juizes e servidores e, consequentemente, tornar mais ágeis os serviços ao cidadão. A iniciativa integra o Plano Estratégico do Tribunal de Justiça.

Fóruns reformados

Caucaia	Tianguá
Maracanaú	Icó
Milagres	Trairi
Cedro	Viçosa do Ceará
Quixelô	Solonópole
Chorozinho	Baturité
Novo Oriente	Santana do Acaraú
Amontada	Caririaçu
Acaraú	



A Justiça do Ceará com novas conquistas para o Interior



Melhor estrutura e acesso rápido

Na Capital, entre as principais melhorias está a entrega do projeto de climatização do Fórum Clóvis Beviláqua. "A iniciativa faz parte do programa "FCB10", um conjunto de medidas que visa dar aos servidores do Fórum mais conforto no ambiente de trabalho. Esse era um grande anseio dos servidores e, principalmente, da classe dos advogados", afirmou o desembargador Washington Araújo, presidente do TJCE, na entrega do projeto em dezembro de 2020.

O prédio, que possui 75 mil m², é um dos maiores edifícios públicos da América Latina. O sistema central beneficiará todos os usuários que frequentam o local, porque proporciona conforto ambiental, melhorando tanto a temperatura como a qualidade do ar. "Sabemos também que é um grande desafio, dadas a dimensão e a arquitetura do prédio, mas a decisão da Presidência do TJCE ao determinar a licitação do projeto significou um marco na busca pela concretização de uma solução", destacou a juíza Ana Cristina Esmeraldo, diretora do Fórum.

Ainda em dezembro de 2020, também foi entregue o projeto de requalificação da área em torno do FCB, que envolveu a padronização dos quiosques dos vendedores, urbanização do canteiro central da rua Des. Floriano Benevides, recapeamento asfáltico, reforço da sinalização horizontal, iluminação com lâmpadas LED e paisagismo. Além disso, foi instalada estação do Bicicletar próxima à entrada do prédio.

Foi regularizada, na mesma ocasião, a documentação de 19 vendedores autônomos para trabalhar no entorno. Com isso, os trabalhadores passam a ser permissionários da Prefeitura, o que possibilita participação deles em programas de apoio do Município e o acesso facilitado a benefícios públicos.

No Palácio da Justiça, duas novas áreas também foram entregues: Espaço de Convivência dos Servidores e o Espaço de Trabalho Compartilhado (coworking). O local funciona sem divisões por setores ou unidades judiciárias, além de possibilitar ambiente mais arejado. "Esperamos que a criação desse novo espaço tenha resultado bastante positivo e que, em breve, nós possamos expandir esse novo conceito e atender a todas as unidades do Judiciário do Ceará", explica o secretário Moisés Costa.

Fórum de Baturité passa por reformas



Presidente do TJCE e diretora do FCB na entrega do projeto de requalificação do Fórum



Novo Espaço de Convivência dos Servidores



Estações de trabalho compartilhado no TJCE

BRILHO SOLAR

A energia que vem da fonte natural de luz

O uso de eletricidade gerada a partir de recurso natural renovável começou em fevereiro de 2020, no Interior. A meta é ampliar para 25% de todo o Estado, gerando economia de R\$ 2,7 milhões por ano

Seguindo uma tendência de responsabilidade socioambiental, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) elabora o projeto de uma usina de produção de energia solar. O processo licitatório está previsto para o início de 2021. A meta é suprir 25% do consumo de eletricidade do Judiciário, com uso de fonte limpa, gerando economia anual de R\$ 2.740.346,96 e uma série de benefícios ao meio ambiente.

A usina deverá ter capacidade de gerar 5.032.872 kWh (quilowatt-hora) por ano. O investimento do TJCE será de R\$ 12.349.567,44, com retorno estimado em seis anos. Segundo o secretário de Administração e Infraestrutura do Tribunal, Moisés Costa, haverá a possibilidade de ampliar

o sistema, aumentar a geração e fornecer energia para 100% dos prédios, no futuro.

"Entre os benefícios podemos citar a facilidade de adaptação ao local de instalação, pouca manutenção preventiva, baixo impacto ambiental, produção de energia limpa, autossustentabilidade, mitigação dos efeitos financeiros decorrentes dos aumentos das tarifas de energia elétrica ao longo dos anos e redução do orçamento para custeio. Afora isso, podemos observar que é antiga a orientação do CNJ [Conselho Nacional de Justiça] quanto ao aproveitamento do recurso solar, conforme a Resolução 201, de 3 de março de 2015", destaca o secretário.



Uso da energia solar teve início em Russas e Itapajé

Início pelo Interior

O primeiro prédio a ser totalmente abastecido com energia considerada limpa foi o Fórum da Comarca de Russas (distante 168 km de Fortaleza), inaugurado em janeiro de 2019. As 224 placas fotovoltaicas começaram a ser instaladas em dezembro de 2019. O sistema entrou em funcionamento no mês de fevereiro de 2020. Mensalmente, são gerados cerca de 11.200 kWh, maior do que o consumo médio mensal (9.810 kWh). O excedente é injetado na rede, sendo compensado no Fórum de Jaguaruana (50%) e no Juizado Especial de Aracati (50%).

Em Itapajé (a 128 km da Capital), o Fórum, cuja inauguração se deu em dezembro de 2018, também foi contemplado com a instalação de 222 painéis solares, que produzem 11.200 kWh todo mês, suficientes para atender à demanda de eletricidade do edifício (6.216 kWh). A diferença é compensada nos Fóruns de Pentecoste (40%), Amontada (40%) e Umirim (20%).

A energia que será produzida pela usina contribuirá para aumentar a capacidade atual de geração da Justiça estadual.

Preocupação ambiental

Além de fazer parte do Plano Estratégico do Judiciário do Ceará, a responsabilidade socioambiental está na agenda do CNJ, que determina o uso sustentável dos recursos naturais. O valor investido pelo TJCE vem do

Programa "+ Interior", voltado à melhoria da infraestrutura em todos os prédios para gerar mais conforto ao cidadão e ao trabalho dos servidores e magistrados.

Avanço no Índice de Sustentabilidade

No 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, relatório lançado pelo CNJ em 2020, o TJCE atingiu 48,7% no Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), referente a 2019. O resultado representa crescimento de 17 pontos percentuais em comparação com 2018 (31,7%) e de 21 pontos percentuais em relação a 2017 (27,7%). O IDS avalia o resultado combinado de vários indicadores e permite a comparação objetiva entre os Tribunais.

De acordo com Moisés Costa, "o TJCE tem adotado boas práticas de gestão e operação no uso de energia elétrica, água tratada e telefonia. Na área de energia, temos buscado a eficiência energética dos equipamentos de climatização, iluminação e geração de energia solar, entre outras iniciativas."



AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A digitalização chegou a todo o Estado

Com 100% dos processos digitais no Ceará, o TJCE alcança um marco significativo. É a tecnologia chegando para dar mais acesso à Justiça



O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) chega a 2021 com todos os processos digitalizados. Após concluir a implantação do processo eletrônico ainda em 2019 (primeiro ano da atual Gestão), o Judiciário estadual também digitalizou todas as ações em tramitação na Capital e no Interior. O trabalho, coordenado pela Secretaria de Tecnologia e Informação (Setin) do Tribunal, é parte do Programa Celeridade e Produtividade.

"A conclusão desse esforço concentrado faz com que os processos possam ser consultados de forma remota, facilitando o acesso tanto pelas partes como pelo Judiciário, em qualquer lugar e horário", ressalta Denise Norões, titular da Setin. Por esses motivos, também proporciona maior celeridade ao andamento processual.

Mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, a digitalização dos processos em papel continuou,

permitindo que as atividades fossem concluídas até janeiro de 2021. Antes, o material físico precisou ser higienizado, com a retirada de poeira, grampos e outros resíduos.

As próprias unidades judiciárias se habilitaram para participar e assumiram a etapa de higienização e cadastro de lotes. "Combinamos a coleta e o trabalho foi feito em um dos Polos de Digitalização. Já as etapas de conferência, indexação, assinatura e importação das imagens foram feitas pelo sistema de TeleTrabalho", destaca Leandro da Silva Taddeo, responsável pelo Núcleo de Digitalização do Fórum Clóvis Beviláqua.

Parar de utilizar processos físicos também promove redução de gastos, principalmente com o uso do papel, representando ganho para o meio ambiente, além de liberar mais espaço físico nos ambientes de trabalho.

“O Tribunal de Justiça do Ceará está atravessando o limiar de uma nova era, de transformação digital, de automação”

*Des. Washington Araújo
Presidente do TJCE*

Unificação

Em abril de 2020, o Órgão Especial do TJCE autorizou a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para todo o Estado. Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com diversos Tribunais, o PJe, segundo o presidente do Judiciário cearense, desembargador Washington Araújo, "tem evoluído bastante nos últimos anos, trazendo uma gama de serviços e automação considerável, o que diminui o tempo de realização de algumas tarefas. A migração de sistema também vai nos permitir uma economia anual significativa".

Atualmente, o PJe é utilizado no Sistema de Juizados Especiais. O Tribunal também adota o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), contratado a uma empresa de tecnologia. Segundo o juiz auxiliar da Presidência, Ricardo Alexandre Costa, a migração foi aprovada em momento importante (durante a pandemia), pois "a crise afeta todas as instituições, e a medida vai reduzir custos, pois o PJe é disponibilizado pelo CNJ de forma gratuita."

Para que isso seja possível, o Judiciário cearense desativou definitivamente, no final de novembro, o Sistema Processual (Sproc), que era utilizado antes da chegada do processo eletrônico. As ações cadastradas nele já foram migradas para o PJe. Dessa forma, será possível ter um único sistema em todo o Ceará. Na fase de planejamento, o projeto deve ser iniciado ainda em 2021.

PJe Processo Judicial Eletrônico

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



Presidência do TJCE em videoconferência com juizes do Interior

Infraestrutura para mais de 10 mil audiências por vídeo

A fibra ótica já é realidade em todo o Judiciário do Estado. Isso facilita e dá maior rapidez à realização de sessões a distancia, citações e intimações eletrônicas, além da implantação de “unidades 100% virtuais”

Para que a celeridade do processo eletrônico se torne cada vez mais efetiva, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) disponibilizou toda a infraestrutura necessária. Um dos passos foi implantar rede de fibra ótica em 100% das unidades judiciárias do Estado, por meio do Cinturão Digital (iniciativa do Governo estadual que leva internet de alta velocidade a lugares distantes, com preço acessível). Além de proporcionar maior celeridade e modernização aos serviços judiciais, também aumenta a capacidade de transmissão de dados, imagens e voz, menor degradação de sinal, melhor qualidade de acesso aos sistemas e imunidade a interferências eletromagnéticas.

A interligação por fibra ótica também ampliou a viabilidade das videoconferências, sistema em expansão no Judiciário cearense desde 2019 e extremamente necessário durante o distanciamento social gerado pela pandemia da Covid-19. Na avaliação do presidente do TJCE, desembargador Washington Araújo, a medida teve impacto positivo nesse aspecto, “facilitando o trabalho de magistrados e servidores e beneficiando a população, que tem as demandas atendidas com mais rapidez”.

Crescimento

Em 2020, foram mais de 10 mil audiências virtuais. A quantidade é três vezes superior ao registrado no ano anterior, quando o Tribunal contabilizou 3.500 sessões a distancia. Os dados são do Sistema de Agendamento de Videoconferências do TJCE.

O aumento se deve também ao investimento que já vinha sendo feito para o uso dessa tecnologia antes mesmo do início do home office obrigatório, iniciado em março de 2020. Em fevereiro de 2019, teve a criação do Grupo de Trabalho para expansão da Videoconferência. Com o auxílio da equipe, coordenada pelo juiz César Morel Alcântara, diversas atividades ocorreram por meio dessa solução, como sustentação oral de advogados que estavam em municípios diferentes daqueles onde ocorreram as sessões.

Procedimentos eletrônicos

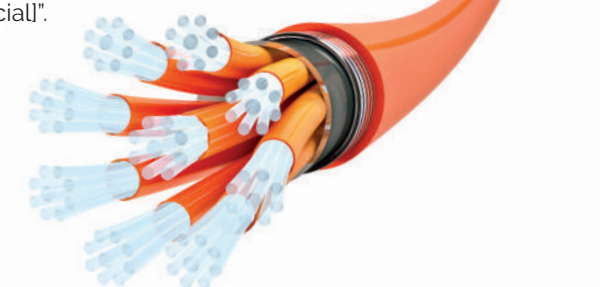
E foi após a digitalização, em outubro de 2020, de quase a totalidade dos processos que tramitam no Ceará que o Órgão Especial do TJCE aprovou a obrigatoriedade de petições, intimações e citações eletrônicas para todos os usuários. No mesmo mês, houve a implantação do projeto-piloto para intimação via WhatsApp nas Comarcas do Interior.

De olho no futuro

O projeto-piloto “Juízo 100% Digital” iniciou, no Estado, pelos Juizados Especiais das Comarcas de Crato e Juazeiro do Norte, na Região do Cariri. Nesse formato, todos os atos processuais são exclusivamente realizados por videoconferência utilizando a internet. As audiências são gravadas em áudio e vídeo, inseridas no processo e têm valor jurídico equivalente às presenciais, asseguradas a publicidade dos atos praticados e as prerrogativas processuais de advogados e partes. O modelo é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Realizei audiência na Comarca de Fortaleza e, poucos minutos depois, lá estava eu presente em audiência na Comarca de Iguatu. Isso é extraordinário. Antes, eu teria que ter contratado um profissional para fazer a audiência em Fortaleza para que eu pudesse realizar a minha aqui”, destaca a advogada Paula Mendonça Alexandre de Freitas.

Além disso, o juiz César Morel afirma que “cresceram os números de sentenças proferidas ao final das audiências, diminuindo o tempo de tramitação dos processos, sobretudo com a tríade tecnológica que o Judiciário estadual vem adotando: citação/intimação eletrônica, processo digital e videoconferência, aumentando o nível de satisfação dos jurisdicionados [cidadão que tem processo judicial]”.



A intenção deve ser manifestada nos autos com a juntada do Termo de Concordância, por petição simples, assinada pelo advogado do interessado. As medidas visam acelerar o atendimento ao usuário e, conseqüentemente, o julgamento das ações.

Certidão na palma da mão

No sentido de também facilitar o acesso dos cidadãos existe o aplicativo “TJCE Mobile”, que funciona em Android e iOS. Atualmente, o app está disponível para consultas processuais e, em fase de testes com alguns advogados, oferece o serviço push, que notifica a movimentação dos autos. Segundo o coordenador de Informações e Apoio às Atividades Judiciais do TJCE, Pedro Carlos Alves Cavalcante, o aplicativo terá condições de, em breve, emitir certidões e abrigar o Portal do Advogado e o Sistema de Peritos.

PROMOJUD

A estrada que leva ao futuro

TJCE articula financiamento junto ao BID, no valor de US\$ 35 milhões, para promover uma transformação digital sustentável

A atual Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) pavimentou a estrada que levará o Judiciário estadual a um futuro de soluções inteligentes para enfrentar os desafios dos próximos anos, primando pela celeridade e eficiência. A tecnologia e a qualificação de magistrados e servidores serão elementos basilares desse novo tempo. Na esteira da evolução, é fundamental o Programa de Modernização do Judiciário do Ceará (Promojud), que trará investimento e desenvolvimento técnico necessário à transformação digital ampla e profunda.

De forma pioneira na Justiça brasileira, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fomentará o processo de mudanças no TJCE. "O BID tem histórico de financiamentos com o Estado do Ceará e experiência com projetos de transformação digital em outros países, inclusive com Judiciários do Peru e da Colômbia", explica o presidente do TJ cearense, desembargador Washington Araújo.

O magistrado afirma que a articulação envolveu o Governo cearense. "Propusemos ao governador Camilo Santana, que aceitou de pronto, e o empréstimo será feito ao Estado do Ceará, no valor de 35 milhões de dólares para execução nos próximos cinco anos, sendo 28 milhões do BID e sete milhões como contrapartida pelo executivo estadual."

No segundo semestre de 2020, o Tribunal recebeu missões de identificação e análise do Banco, realizadas em formato virtual. Após formalização da documentação e tramitação legal, o empréstimo foi aprovado em janeiro de 2021. Na prática, o Promojud possibilitará a realização do conceito "Justiça 4.0", que consiste, resumidamente, no relacionamento permanente e irreversível entre os ambientes real e virtual.

PROMOJUD | TJCE

Investimento:

US\$ 35 milhões

Financiadores:

BID e Governo do Ceará

Aprovação:

Janeiro de 2021

Eixos de atuação:

Transformação digital no aprimoramento dos serviços ao cidadão e Fortalecimento da governança e da gestão

Fontes: Presidência e Seplag do TJCE

Inovador e sustentável

O Programa vai além da digitalização do acervo e da implantação do processo eletrônico. Propõe, de forma sustentável, um conjunto de tecnologias inovadoras, que vão da aplicação de robôs e inteligência artificial para o aperfeiçoamento da tramitação processual a entrega ao cidadão de soluções digitais, como aplicativos e novas formas de comunicação.

A ação envolverá racionalização, otimização dos procedimentos e automação dos processos de trabalho, para dar sustentabilidade à transformação digital. Contemplará ainda a modernização do parque tecnológico do TJCE e a preparação de magistrados e servidores para a nova era da Justiça.

Transformação digital no aprimoramento dos serviços ao cidadão é o primeiro de dois eixos principais de atuação. O objetivo é tornar o processo mais inteligente e célere. Serão investidos cerca de 70% dos recursos.

O segundo eixo principal é o fortalecimento da governança e da gestão, trazendo a sustentabilidade ao que for desenvolvido no âmbito do Promojud. "Será fundamental para que todos os procedimentos daquilo que chamamos de área-meio andem no compasso do avanço que teremos na área-fim", informa Sérgio Mendes, secretário de Planejamento e Gestão do TJCE.

Está prevista, segundo o secretário, a implantação de um conjunto de projetos, como gestão orçamentária e financeira modernizada e racional, com tecnologia e automação, sistema de gestão de custos e competências focadas em visão precisa para o gerenciamento.



Assinatura do Promojud na sede do Governo do Estado

CARLOS GIBAJA - GOVERNO/CE

Pessoas

O ser humano também faz parte dessa transformação. Haverá a qualificação de magistrados e servidores nas competências digitais, com capacitações específicas para implantar gestão de mudanças e por desempenho. A meta é que as pessoas estejam mais alinhadas nesses processos e inseridas no contexto de transformação digital do Judiciário.

Também serão criados modelos de gestão de qualidade adaptados à realidade do TJCE e às particularidades dos setores. Deverão ser implantados, nos próximos cinco anos, modelos em todas as unidades judiciárias e administrativas.

Capacidade institucional

O especialista líder em modernização e responsável pelo Promojud no BID, Mariano Lafuente, comandou a missão de análise finalizada em outubro de 2020. "O TJCE teve capacidade institucional muito boa e, como órgão executor do Programa, também mostrou articulação com o Governo estadual e com o Banco. Foi definida a matriz de resultados do Promojud, que será dividida em produtividade, eficiência e melhor avaliação dos usuários", destaca.

Além disso, ele considera que algumas potencialidades do Judiciário cearense foram diferenciais para o BID e facilitaram a aprovação final do empréstimo. "O Promojud no TJCE deverá ter uma política transversal de igualdade de gênero, com incentivo de lideranças femininas para magistradas e servidoras e uma política transversal de mudança climática, onde já se destacam as iniciativas de eficiência energética, com a utilização de energia solar, e a digitalização dos processos, que evita o uso do papel e gera economia com menos deslocamentos. Também há a oportunidade de projetos de assistência técnica internacional com o TJCE, onde já tivemos sinalização da Universidade de Harvard e do Governo da Espanha, com interesse principal na Inteligência Artificial."

O Promojud do TJCE é pioneiro e tem levantado interesse de outros tribunais estaduais, abrindo possibilidade de diálogos entre o BID e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Missão de análise do BID foi concluída em outubro de 2020

Laboratório cria cultura de Inovação



Em julho de 2020, foi estabelecido um marco para consolidação da era digital da Justiça cearense. Magistrados e servidores participaram, de forma remota, do Seminário "Inovação. Eficiência. Sustentabilidade", que contou com palestras de autoridades envolvidas na gestão pública inovadora, notadamente no Judiciário. Além da troca de conhecimentos e experiências, o evento serviu como lançamento do Laboratório de Inovação do TJCE, ambiente colaborativo com objetivo de desenvolver, em caráter permanente, soluções necessárias ao aprimoramento da gestão, propondo novas e eficientes soluções às demandas da população.

O Laboratório foi concebido para proporcionar trocas de ideias focadas em elevar o Tribunal a um patamar ainda mais moderno, célere e responsivo à sociedade. "O que queremos é trabalhar disrupção e inovação, criatividade e colaboração, tudo junto, em um verdadeiro ambiente de desenvolvimento, de novas soluções tecnológicas, o que turbinará o desenvolvimento do Tribunal de Justiça do Ceará", comemora o desembargador Washington Araújo, presidente do TJCE.

Especialistas acreditam que o investimento em inovação trará benefícios aos usuários. De acordo com André

Tamura, fundador e diretor-executivo da WeGov, empresa de aprendizado para fazer a inovação acontecer no setor público, a colaboração é fundamental, porque além do conhecimento, da expertise, permite que as pessoas aprendam umas com as outras e construam soluções sobre essas ideias. "Eu acho que quanto mais conseguirmos executar de fato a colaboração, que nem sempre é fácil, a inovação transformadora pode estar presente. Em uma instituição do Judiciário, que tem tamanha relevância e influência, acho que abraçar esse tema é fundamental."

Para Tamura, com a criação do Laboratório, o Tribunal de Justiça entra oficialmente na Agenda de Inovação e coloca os servidores, gestores e juizes "na mesma página. A implantação de projetos e solução de desafios organizacionais passa a acontecer de forma mais ágil e leve quando se consolida um ambiente de inovação".

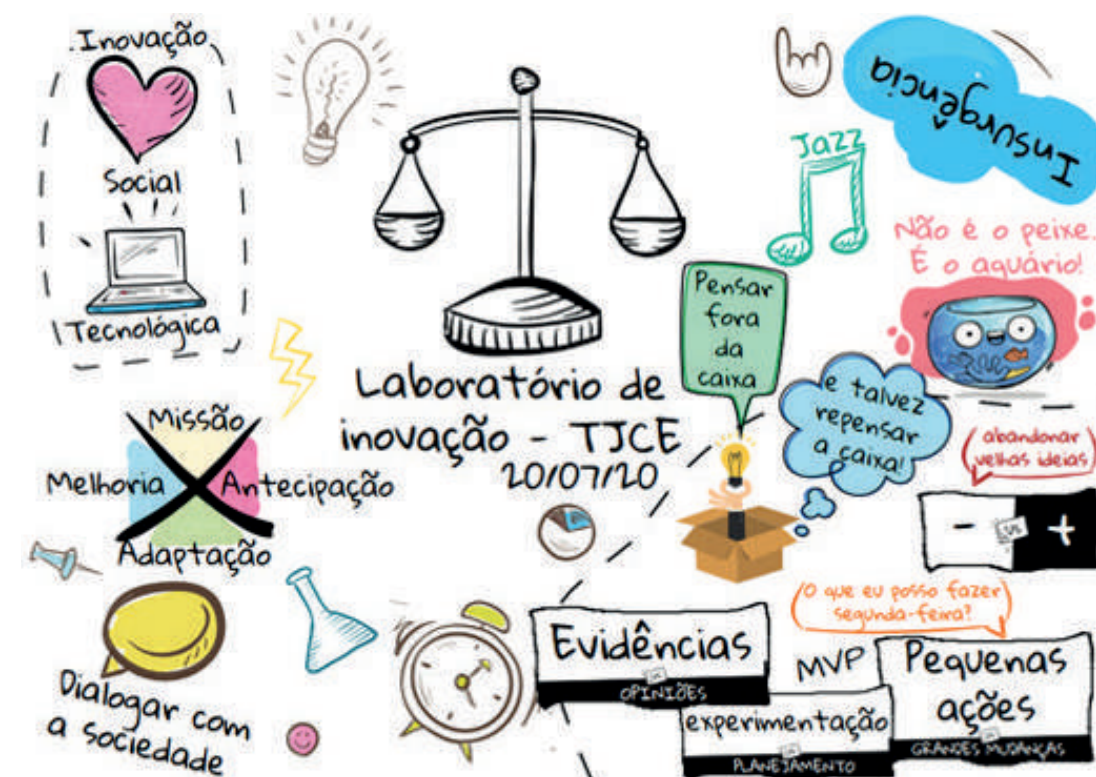
O executivo explica que um processo de transformação organizacional, entretanto, não é simples e nem acontece da noite para o dia. "Para criar uma cultura de inovação dentro do TJCE, é fundamental que cada um cultive a inovação dentro de si.

Oficinas

No segundo semestre de 2020, um grupo de servidores e magistrados de áreas estratégicas do TJCE esteve reunido em oficinas virtuais, com objetivos específicos de elaborar a Carta de Serviços do Laboratório de Inovação e desenvolver as habilidades criativas para dominar ferramentas e conceitos voltados às soluções inovadoras, como a metodologia de design thinking (técnicas colaborativas para modelagem de serviços e resolução de problemas).

De acordo com o gerente de Desenvolvimento Organizacional do TJCE, Welkey Costa do Carmo, o conteúdo e o resultado das oficinas foram fundamentais para que a gestão do Judiciário cearense compreenda como será feita a transição para a era digital. "Definimos diretrizes, encontramos a identidade do Laboratório e vamos definir que serviços ele deve prestar. As oficinas tiveram técnicas muito engrandecedoras, relacionadas à participação colaborativa e ao estímulo do pensamento criativo, agregando valores profissionais e pessoais, pois podemos aproveitar isso em diversos campos."

O Laboratório, segundo ele, vai se colocar no papel de difusor, promotor e mantenedor da cultura de inovação dentro do Tribunal. "Promover mudanças no Judiciário é desafiador. Portanto, é uma responsabilidade muito grande, que encaramos com seriedade, sob a perspectiva de termos êxito, com muitos resultados positivos para a sociedade. Foram definidas as diretrizes de atuação e estamos em constante desenvolvimento da forma de prestação do serviço, que se dará por meio da metodologia de design thinking, aplicada a problemas reais da instituição."



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Automatizar é preciso

O uso de avançada tecnologia para identificar e realizar demandas processuais repetitivas de mesmo tema jurídico cria novo panorama de celeridade

Remete ao mês de dezembro de 2019 o começo da experimentação pelo Judiciário cearense dos benefícios do uso da inteligência artificial aplicada em atos processuais. O sistema, denominado “Leia”, localiza precedentes jurídicos (decisões que tratam sobre a mesma questão), identificando palavras-chave em processos repetitivos, podendo, assim, servir como diretriz para julgamentos de casos semelhantes.

O sistema foi implementado sob a coordenação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugap), vinculado à Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sob a gestão da desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira. “Além de agilizar o reconhecimento de demandas de massa, vinculando-as com os respectivos temas, o programa possibilitará mais uniformização das decisões, gerando maior segurança para os jurisdicionados”, explica a magistrada.

O “Leia” faz a leitura de todas as petições iniciais e dos recursos, identificando os documentos por palavra-chave, de acordo com os assuntos análogos contidos nos temas fixados no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A ferramenta iniciou a atuação com 50 temas das competências Cível, da Fazenda Pública e de Execução Fiscal, que têm o maior número de processos abrangidos pelo TJCE. Na sequência, foi criada uma fila de trabalho, disponível para os gabinetes dos juízes e dos desembargadores, totalizando 52.929 ações.

Segundo o juiz auxiliar da Vice-Presidência, Cláudio Ibiapina, o programa permite constantes melhoramentos, que vêm sendo estudados a partir do feedback dos usuários. “Agora, no fim de 2020, estamos em estudos para uma segunda rodada de leitura dos processos e recursos, com a inclusão de novos temas.”

A iniciativa funciona dentro do processo eletrônico e é fruto de parceria entre Tribunais do Ceará, Amazonas, Acre, Alagoas e Mato Grosso do Sul. Outras vantagens proporcionadas são economia do tempo de leitura dos processos e temas de precedentes; redução da carga de trabalho nos gabinetes; maior isonomia no julgamento de processos similares; aumento na capacidade de trabalho das unidades judiciais com a redução do estoque de processos em andamento.



Uso ético

Em setembro de 2020, servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE participaram de encontro virtual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir o uso ético da inteligência artificial, já em andamento em diversos tribunais. O principal objetivo do evento foi apresentar os pontos mais relevantes da resolução que trata dos aspectos éticos, da transparência e da governança na produção e no uso da inteligência artificial no Judiciário.

Um dos representantes da Justiça cearense na reunião, Moacir Medeiros, acredita que a resolução “trará impacto bastante positivo, pois cria um norte para implantação e gestão das iniciativas em curso nos tribunais. Também proporciona ambiente para o compartilhamento de experiências e disponibilização de aplicações já desenvolvidas”.

Ele destaca que, através da resolução do CNJ, diversos aspectos foram normatizados. “A intenção foi definir os limites, estabelecer a transparência e publicidade, bem como garantir a gestão das informações com segurança, sempre respeitando os direitos fundamentais.”

A Setin participa de grupo interdisciplinar para tratar do assunto. “As oportunidades serão avaliadas por um cientista-chefe, através de parcerias com universidades, bem como por meio de iniciativas contempladas no Programa de Modernização do Judiciário cearense [Promojud]”, explica.



Vice-presidente do Tribunal coordena inteligência artificial em processos repetitivos



Presidente da Funcap em visita ao Tribunal de Justiça

Cientista-Chefe é berço para soluções digitais inovadoras

Todo o movimento de uso das novas tecnologias e ferramentas digitais pelo Judiciário cearense sugere que haja, simultaneamente, aproximação maior com o meio acadêmico, como professores, estudantes, pesquisadores e especialistas em áreas ligadas ao desenvolvimento de programas voltados ao aperfeiçoamento da gestão pública. O TJCE passou a fazer parte, em fevereiro de 2020, das instituições estratégicas ligadas ao programa Cientista-Chefe, organizado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). A iniciativa consiste em identificar, em várias áreas de atuação, soluções de ciência, tecnologia e inovação que podem ser implantadas para melhorar os serviços e dar mais qualidade de vida à população.

Na experiência com o Judiciário estadual, os projetos deverão ser construídos com ênfase na inteligência artificial e pesquisa judiciária. Foi criado Grupo de Trabalho coordenado pelo professor Vasco Furtado, pesquisador e diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Universidade de Fortaleza (Unifor). Participam servidores do TJCE, alunos de graduação e pós-graduação e professores da Unifor, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal do Ceará.

No projeto, a inteligência artificial gera dados para subsidiar o trabalho de juizes e servidores da Justiça estadual, facilitando a análise e elaboração de peças processuais como minutas de acórdãos, sentenças, decisões e despachos. "A inteligência artificial vai possibilitar a automatização de tarefas repetitivas e sugerir ações, mas os juizes permanecem apreciando os processos e tomando as decisões. Não haverá substituição de servidores. Haverá mais conforto e saúde para eles. E para o cidadão, haverá um ganho maior, com o Judiciário mais célere e seguro", destaca o juiz auxiliar da Presidência do TJCE, Ricardo Alexandre Costa.

Os pesquisadores trabalham na elaboração e interpretação de dados para analisar processos e identificar as dificuldades das tramitações processuais. O objetivo é traçar o panorama do que pode ser resolvido digitalmente com a inteligência artificial. O juiz Ricardo Alexandre Costa ressalta que o Programa Cientista-Chefe está interligado ao Promojud. Dessa forma, os pesquisadores da Unifor terão intercâmbio de experiências com pesquisadores de universidades internacionais, como Harvard e Stanford, visando desenvolver soluções para a Justiça cearense.

Robôs auxiliando servidores já são realidade

Um dos softwares mais utilizados para movimentação processual na Justiça cearense, o Processo Judicial Eletrônico (PJe), foi escolhido para ser a plataforma do projeto-piloto de desenvolvimento de robôs cuja finalidade é auxiliar na execução de tarefas repetitivas a serem desempenhadas por magistrados e servidores. De forma rápida, eficiente e evitando o desgaste humano, os programas aceleram a movimentação processual na 5ª e na 6ª Turma Recursal.

Iniciado em outubro de 2020, a ação é resultado da parceria entre o TJCE e a Universidade de Fortaleza (Unifor), por meio do Programa de Pós-Graduação em Informática Aplicada. Já foram desenvolvidos três robôs e há previsão de novos três para o início de 2021. A expectativa é utilizar os sistemas em outras unidades judiciárias.

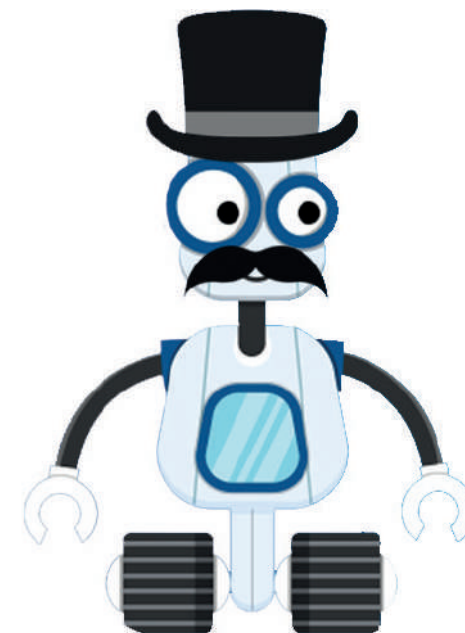
Nas fases de teste, uma atividade que levaria até duas horas para ser feita por um servidor levou apenas 13 minutos para ser executada. Esse foi o tempo que o Robô II precisou para incluir 176 processos na pauta de julgamento da 5ª Turma Recursal. Em outro teste, somente em uma hora de execução, o Robô I movimentou 262 processos da 6ª Turma e 20 da 5ª Turma. O trabalho consistiu no encaminhamento de processos julgados para assinatura digital.

"O objetivo principal é automatizar algumas rotinas que são feitas mecanicamente. Devido ao grande volume de

Atividades conjugadas

Em dezembro de 2020, a 5ª e a 6ª Turma Recursal foram beneficiadas com o início da operação do Robô III. No primeiro teste, o software desempenhou duas atividades em uma só: transitar em julgado o processo e devolvê-lo ao juizado de origem. Além do ganho em praticidade, a tarefa é realizada de forma mais célere.

Enquanto os robôs das Turmas Recursais trabalham, os servidores que solicitam a ação, podem se dedicar a outras atividades. O programa realiza cliques e insere informações previamente planilhadas, como a data do trânsito em julgado. Ou seja, trabalho meramente repetitivo.



Servidores escolheram o nome Robô Clóvis para o software

processos, isso se torna improdutivo, podendo até causar alguma doença no servidor devido à repetição. Agora, uma tarefa que era feita por três servidores durante três horas, o robô executou tudo em uma hora, o que confere maior celeridade e produtividade", destaca o servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE, Gilberto de Souza.

"Esse trabalho demandaria tempo bem expressivo se fosse feito por servidores. Com isso, quem ganha é a sociedade, já que se garante aumento na produtividade dos servidores e consequente aumento da celeridade processual. Importante destacar que o programa de computador faz tarefas repetitivas, o que não significa que ele substituirá o trabalho do servidor, apenas ajudará a otimizar um trabalho", destacou Karyna Ribeiro, servidora do Núcleo de Produtividade Remota.



Servidora programa Robô nas Turmas Recursais

CELERIDADE



Conjunto de ações trazem mais agilidade aos julgamentos

Programa aumenta eficiência do TJCE

Gestão desenvolveu um conjunto de ações que possibilitou maior agilidade nos julgamentos e nas baixas processuais, sem deixar de lado a qualidade das decisões

O Programa Celeridade e Produtividade veio com a finalidade de tornar o processo mais célere e efetivo para o cidadão que busca a solução de um conflito. Pensado no começo da atual Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), é uma série de medidas que possibilitaram a melhoria do desempenho do Judiciário cearense ao longo desses dois anos. Entre as principais ações estão o Núcleo de Produtividade Remota (NPR), o Núcleo de Auxílio à Produtividade (NAP), o Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), Secretaria Judiciária Única (Sejud) de 1º Grau do Ceará e seleção para estagiários de pós-graduação em Direito e juízes leigos.

A atual Sejud concentrou expedientes administrativos das unidades judiciárias, gerando mais celeridade e eficiência, a partir da otimização do trabalho e da especialização das funções, deixando os gabinetes dos juízes concentrados na realização de audiências e julgamentos. Instalada no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, a Secretaria

incorporou as oito Sejuds que existiam na Capital em uma só, contemplando as Varas de Família, da Fazenda Pública, Cíveis e Criminais. A previsão é ampliar o serviço para todo o Estado, juntamente com a Secretaria Regional do Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha).

No novo modelo, a divisão ocorre não mais por tipo de unidade, mas por processo de trabalho, organizado por meio de seis Diretorias: Análise Cível, Urgência Cível, Análise Criminal, Urgência Criminal, Cumprimento e Pós-sentença. Criada em 2019, a Sejud de 1º Grau tem apresentado números expressivos de produtividade. Até dezembro de 2020, a unidade contabilizou 2.912.652 atos processuais, sendo 1.744.584 movimentações e 1.168.068 emissões de documentos. Esses atos administrativos incluem confecção de ofícios, mandados, citações, cartas e alvarás, entre outros expedientes essenciais ao trabalho das unidades judiciárias.

Núcleos

Outra importante iniciativa é o NPR, que auxilia na redução da taxa de congestionamento e atua junto às unidades mais congestionadas, que passaram por reestruturação e aquelas do Interior com competência de Juizado Especial. Formado por servidores, estagiários e juízes, o Núcleo contabilizou 88.205 julgamentos, 49.551 decisões e 87.201 despachos desde a implantação, o que representa 10% de toda a produtividade do 1º Grau (Varas e Juizados) do Ceará. A equipe auxiliou 106 unidades no período.

Já as demandas do 2º Grau (Tribunal) contam com o apoio do NAP, coordenado pela vice-presidente do TJCE, desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira. Desde a criação, em junho de 2019, até dezembro de 2020, contabilizou 3.376 minutas de acórdãos, média de 211 por gabinete. Os despachos totalizaram 299.

A equipe é formada por servidores e juízes auxiliares da Vice-Presidência, que orientaram e revisam as minutas preparadas pelos estagiários antes de encaminhar aos gabinetes auxiliados. O direcionamento dos trabalhos é

baseado em diagnóstico apresentado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça e nas recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao longo das atividades, o NAP auxiliou gabinetes com competência em Direito Público, Direito Privado e Criminal.

Já para auxiliar na melhoria dos dados, o NQI realizou ao longo do biênio o saneamento do acervo, a orientação de usuários e identificação de inconsistências para propor o aperfeiçoamento das informações. Os trabalhos permitiram 146.270 processos arquivados de 94 unidades saneadas.

A baixa processual ocorre quando o processo é retirado do sistema em razão de arquivamento, trânsito em julgado ou envio de recurso. É utilizada como critério pelo CNJ na elaboração do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), ou seja, quanto cada juiz e desembargador produziu em um ano. Os dados servem para elaborar o ranking dos Tribunais, conforme o relatório "Justiça em Números".

Estagiários de Pós-Graduação e juízes leigos

Além das iniciativas já explicadas, o Programa Celeridade e Produtividade é formado também pela seleção pública de 230 estagiários de pós-graduação em Direito, que desenvolvem as funções no NPR e no NAP. Eles recebem bolsa de R\$ 2 mil para jornada diária de cinco horas.

Há ainda os juízes leigos, profissionais formados em Direito, selecionados por provas e que auxiliam os juízes togados (magistrados) dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais. Eles ganham por produção, ou seja, por minuta aprovada. No Biênio, eles tiveram 51.008 atos homologados pelos magistrados.



NPR é formado por magistrados, servidores e estagiários

RESPOSTA

A maior produtividade da década

Com cerca de um milhão de baixas e mais de 945 mil sentenças em dois anos, TJCE alcança números históricos



Após a série de esforços de servidores e magistrados, além dos projetos de modernização da gestão, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) obteve resultados históricos no biênio. Em 2019 e 2020, foram 999.400 baixas processuais e 945.631 sentenças. Além disso, o Judiciário estadual encerrou 2020 com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) de 131,33%, ou seja, a quantidade de julgamentos foi 31,33% maior do que o número de casos novos.

Somente em 2019, o TJCE registrou 504.083 sentenças e 525.726 baixas, que representam a maior produtividade da década, com crescimento de 23,38% e de 20,88%, respectivamente, em relação a 2018. Outro indicador importante no mesmo ano é referente à taxa de congestionamento, que ficou em 69,93%, a melhor dos últimos dez anos.

A conquista dos resultados positivos veio em um cenário adverso, no qual a quantidade de novos processos chegou a 477.814, o mais elevado da década. Apesar da procura recorde da população pela Justiça em 2019, o IAD do TJCE ficou em 110,03%, mostrando uma resposta positiva.

Já em 2020, em meio à pandemia da Covid-19 e com todas as contratempos, o Tribunal cearense conseguiu manter as atividades e os resultados. Ao longo do ano, foram baixados 473.674 processos e proferidas 441.548 sentenças, números menores somente do que aqueles contabilizados em 2019.

"Os bons indicadores são resultados do trabalho conjunto de magistrados e servidores deste Tribunal, que se engajaram nos valores da gestão e focaram no aumento da produtividade e da celeridade. A principal beneficiada com esse esforço é a população cearense", destaca o presidente do TJCE, desembargador Washington Araújo.

Avanço no ranking do CNJ

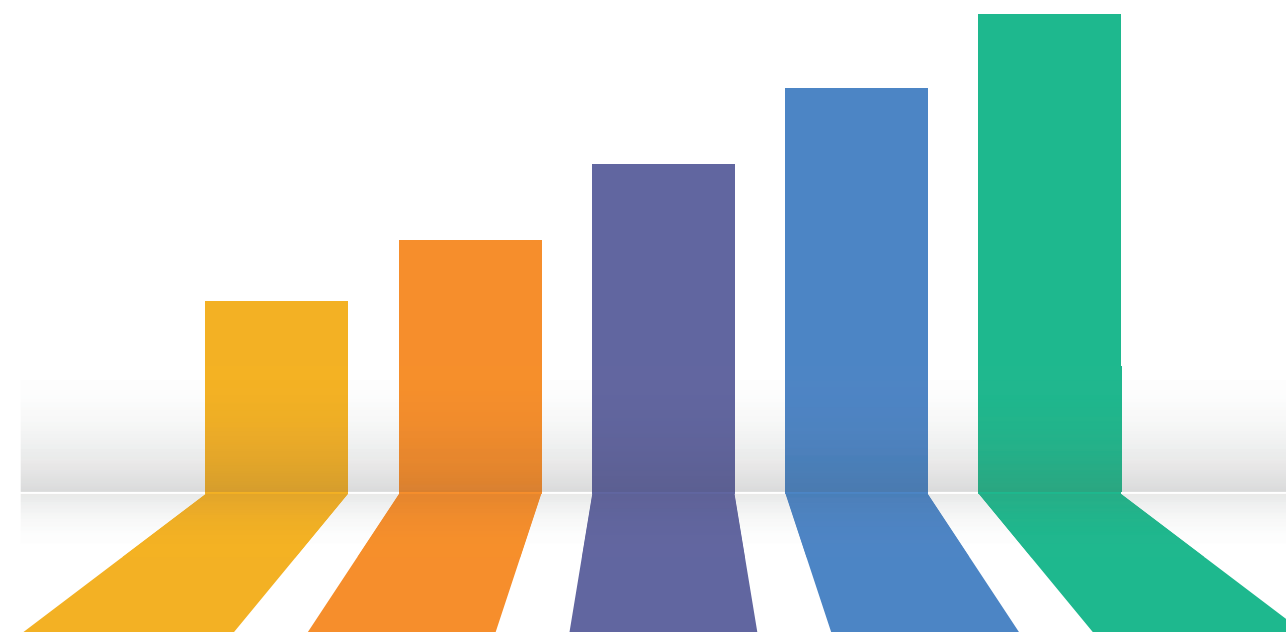
A desenvoltura do TJCE foi refletida no relatório Justiça em Números, a principal fonte de estatísticas oficiais do Poder Judiciário e que é publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento mostra a realidade das Cortes brasileiras, com dados sobre estrutura, litigiosidade e indicadores.

Segundo o documento, o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) do Tribunal passou de 908 (2018) para 1.341 (2020), o que representou crescimento de 47,68%. O aumento foi alcançado mesmo o TJ cearense tendo a segunda menor despesa por habitante (R\$ 149,3) entre os 27 Tribunais de Justiça, ficando acima somente do TJPA (R\$ 139,0). A média nacional é de R\$ 274,3.

Semanas de Baixas Processuais

Uma medida que auxiliou bastante no alcance dos resultados foi a realização de três edições da Semana Estadual de Sentenças e Baixas Processuais, sendo uma em 2019 e duas em 2020. Os trabalhos ajudaram a efetuar 110.359 baixas processuais e 80.575 julgamentos, totalizando 190.934 movimentações processuais realizadas nas unidades de 1º e 2º Grau da Capital e do Interior.

Promovida desde 2017, a Semana Estadual de Sentenças e Baixas Processuais é uma das recomendações do CNJ para acelerar a prestação de serviços à população. A mobilização é iniciativa conjunta da Presidência do TJCE e da Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará e visa priorizar o julgamento de processos enquadrados nas Metas do CNJ, em especial os processos distribuídos até 31/12/2016 no 1º Grau, e até 31/12/2017 nas Turmas Recursais.



Premiação das melhores unidades

Prêmio Destaque do Ano

O TJCE entregou o Prêmio Destaque do Ano em 21 de janeiro de 2021, durante sessão virtual do Pleno. Receberam o "Selo Produtividade", as Varas, os Juizados e as Turmas Recursais que ficaram entre as 50% unidades mais produtivas de todo o Ceará, divididas em três níveis e duas categorias.

Ao todo, 39 conquistaram o nível Ouro (entre as 10% mais produtivas), 59 receberam o nível Prata (entre 10% e 25%) e 97 ficaram com o nível Bronze (entre 25% e 50%). Veja a relação no Portal do Tribunal de Justiça.

A categoria "Unidade Revelação" foi para a 3ª Vara de Canindé, que atingiu o maior crescimento em produtividade relativa entre todas as Entrâncias. Já a "Melhor Unidade da Entrância" ficou com: Vara de Graça (Entrância Inicial), 1ª Vara de Nova Russas (Intermediária) e 18ª Vara de Família de Fortaleza (Final).

O Prêmio foi criado, pelo TJCE, em dezembro 2020 para valorizar as unidades mais bem avaliadas, com base nos fundamentos de gestão. É estruturado em dois eixos: qualidade e produtividade.

No primeiro, são utilizados critérios estabelecidos no âmbito do Programa "+ Gestão". Já no segundo, envolve aspectos relacionados ao acervo, baixas processuais, produção de sentenças e demais indicadores.

A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça está à frente da avaliação dos dados, coletados de forma automática, por meio do Sistema de Estatísticas e Informações (SEI).



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

TJCE é primeiro lugar

Segundo levantamento, Justiça do Ceará lidera transparência quando se trata da Lei de Acesso à Informação. Já em relatório do CNJ, avançou 13 colocações entre os 27 TJs do Brasil

Quando se trata da transparência envolvendo a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) é o primeiro colocado no Judiciário brasileiro, de acordo com levantamento do Observatório Político e Socioambiental em parceria com o Instituto de Fiscalização e Controle e a Associação Contas Abertas. No ranking divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em agosto de 2020, o TJCE conquistou o 5º lugar (entre os TJs). A lista é elaborada anualmente e tem a finalidade de valorizar os Tribunais e Conselhos que mais se destacam no fornecimento de informações claras e organizadas.

Segundo a publicação, o TJCE obteve 90,63% de cumprimento nos critérios definidos. Os temas avaliados foram distribuídos em 85 perguntas, envolvendo objetivos estratégicos, metas e indicadores, levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão, calendário das sessões colegiadas, ata dos encontros dos órgãos julgadores, além de dados sobre licitações e contratos, entre outros.

Considerando os 27 Tribunais de Justiça do país, o Judiciário cearense avançou 13 posições, saindo do 18º (2019) para o 5º lugar (2020).

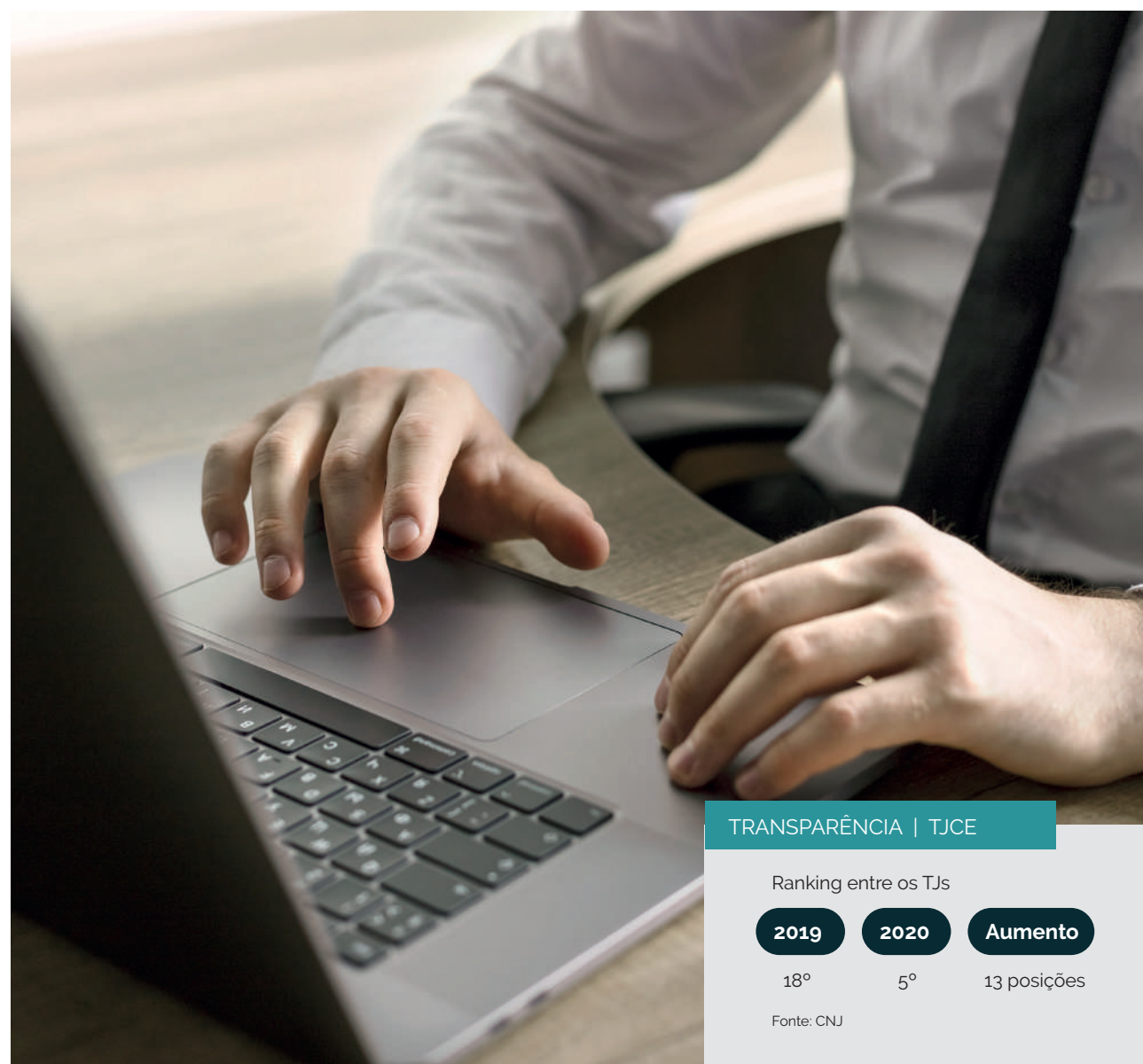


Facilidade de acesso para o cidadão

O relatório é produzido por equipe técnica do CNJ, a partir das informações fornecidas por meio de questionário eletrônico. “Havia na Justiça estadual 17 Tribunais que podiam nos ensinar algumas lições. Miramos nos primeiros e estudamos suas boas práticas. Posso citar a criação da página exclusiva para o Ranking da Transparência, como uma ação que certamente nos impulsionou. Antes dela, as informações que o CNJ buscava ficavam espalhadas no Portal do TJCE. Agora, concentramos tudo o que é de interesse em um só endereço. Isso facilita o trabalho de auditoria, por parte do CNJ, facilita o acesso do cidadão à informação e diminui consideravelmente nosso esforço na manutenção desses dados”, explica Welkey Costa do Carmo, gerente de Desenvolvimento Organizacional do TJCE.

Outra mudança positiva foi a inclusão do “Portal da Transparência” nas metas da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). “Com isso, se o setor tem informação a prestar à transparência, automaticamente tem sua GAM condicionada à obediência de prazo e formato do Portal”, afirma.

O Ranking da Transparência do Judiciário, criado em 2018, pelo CNJ, tem a finalidade de, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os Tribunais e Conselhos disponibilizam ao cidadão. Todos os órgãos da Justiça brasileira participam.



Conquista inédita no Prêmio Nacional de Comunicação

No dia 16 de outubro de 2020, o Judiciário cearense obteve o segundo lugar em duas categorias do 18º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

A conquista, inédita para o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), foi anunciada durante o encerramento de seminário virtual promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ). A Assessoria de Comunicação do TJCE foi destaque nas categorias Programa de TV, com o “Novo Judiciário em Evidência”, e Relacionamento com a Mídia, com o “Case Modernização do Judiciário”.

“Todos os projetos apresentados foram excelentes e estar entre os finalistas é um grande prêmio. Fizemos história em entrar no difícil rol de finalistas. Isso é fruto de uma reestruturação realizada na Comunicação em 2019 e, principalmente, do empenho de todos os profissionais

Os projetos

O “Novo Judiciário em Evidência” estreou em julho de 2019 para se adequar ao atual contexto de interatividade e das rápidas mudanças, que exigem comunicação cada vez mais dinâmica. O programa, criado em 2012, ganhou estúdio virtual, nova identidade visual e trilha. Passou a ser mensal, aprofundando tema específico e com conteúdo mais atemporal, saindo do formato de telejornal para estilo mais próximo do documentário. O trabalho editorial é feito pela equipe da Assessoria de Comunicação Social do TJCE, cabendo à MT Vídeo a parte técnica. O “Novo Judiciário em Evidência” chegou à final concorrendo com o “Programa Jornada” (Tribunal Superior do Trabalho) e o “Programa Justiça do Trabalho” (TRT – 7ª Região).

Já o “Case Modernização do Judiciário” consistiu em um plano de comunicação voltado à imprensa para explicar os motivos e objetivos da reformulação (agregação de comarcas sem fechamento de nenhum fórum) da Justiça do Ceará, evitando interpretação equivocada por falta de maior diálogo com os profissionais da mídia. O projeto foi apresentado a jornalistas, com transparência e clareza, e incluiu visitas às redações e trabalho especial junto às rádios das cidades que iniciaram o processo de mudança, além de coletiva de imprensa com o presidente do Tribunal. A iniciativa disputou com “Atendimento à imprensa no caso João de Deus, maior denúncia de abuso sexual do Brasil”

da Assessoria do TJCE, que se adaptaram rapidamente a esse modelo”, afirmou o chefe da Comunicação do TJ cearense, jornalista Ilo Santiago Jr.

Ele também destacou a atuação da Gestão do Tribunal, que possibilitou o desenvolvimento dos projetos. “O presidente, desembargador Washington Araújo, a vice-presidente, desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira, e o corregedor-geral, desembargador Teodoro Silva Santos, acreditaram nas propostas e deram o suporte necessário para que os trabalhos fossem desenvolvidos.”

O Prêmio é um dos mais importantes do segmento, que reconhece as melhores práticas realizadas pelas Assessorias de Comunicação de todos os órgãos do Sistema Judicial do país. Ao todo, 198 projetos foram inscritos, em 2020, com a participação de 43 instituições.

(Tribunal de Justiça de Goiás) e “Gerenciamento de crise – caso de defensor detido pela PM em manifestação” (Associação Paulista de Defensores Públicos). Na fase classificatória, a iniciativa havia concorrido com outros 15 trabalhos na categoria Relacionamento com a Mídia.

O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é realizado anualmente pelo FNCJ, entidade sem fins lucrativos formada por profissionais de Comunicação do Judiciário, do Ministério Público, de Defensorias, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos Tribunais de Contas e instituições afins e voltada ao desenvolvimento de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão.



Coletiva com a imprensa sobre as mudanças

O JUDICIÁRIO NA PANDEMIA



Leila Alana Pereira
Servidora Pública Municipal

“

Já passamos o pior momento de isolamento social. A Justiça agora acerta em retomar, com cautela, procedimentos e atos presenciais, como as sessões do júri. Esse julgamento do Marcelo Barberena, em Paracuru, mostra que é possível dar prosseguimento aos trabalhos do Judiciário. O Fórum se preparou e escolheu espaço reservado e adequado, seguindo o protocolo de saúde, sendo conveniente para a dinâmica desse julgamento e com toda a segurança necessária que o caso exigiu. Tudo correu tranquilamente.

”

TRANSPARÊNCIA

A informação como fonte de segurança

Diante de um cenário novo e inesperado, a Presidência do TJCE utilizou a comunicação com servidores, magistrados e sociedade para enfrentar a pandemia

Março de 2020. O clima era de apreensão e incerteza na sociedade cearense, assim como em todo o Brasil, por conta do surgimento de casos do novo coronavírus (causador da Covid-19). A situação também gerava preocupação no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), principalmente em relação à saúde de todas as pessoas do Judiciário. As primeiras ações viriam com a divulgação de informações sobre transmissão, sintomas e prevenção da doença.

No dia 11 daquele mês, uma quarta-feira, a Presidência do TJCE determinava o regime de TeleTrabalho temporário, no máximo por 15 dias, a servidores que retornavam de viagens a locais mais afetados pelo vírus. Depois,

autorizava a entrada de servidores nos prédios do Judiciário com apresentação do crachá, dispensando o procedimento de identificação biométrica. Os advogados passaram a entrar com uso da carteira da classe.

Em continuação, criava o Gabinete de Acompanhamento da Situação da Covid-19 e determinava medidas de funcionamento das unidades: trabalho remoto como regra, atendimento ao público por meio eletrônico, sessões de julgamento virtuais, videoconferência e suspensão das audiências (exceto custódia) e reuniões presenciais por 30 dias. Também restringia o acesso aos prédios pelo mesmo período, com suspensão do atendimento presencial no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), em Fortaleza,

com exceção dos casos urgentes, após apreciação do magistrado responsável.

Na sequência, declarava pontos facultativos os expedientes de quarta-feira (18) e da sexta-feira (20), em razão também do feriado de São José, padroeiro do Estado, comemorado em 19 de março. Estabelecia ainda plantão especial até o domingo (22). Como ficaria a situação a partir da semana seguinte era objeto de reuniões virtuais do Gabinete de Acompanhamento da Situação Covid, no âmbito da Justiça estadual.

Primeiro, houvera a suspensão dos prazos processuais das ações que tramitavam em formato físico por 30 dias. Já no

feriado de São José, o TJCE comunicava que suspendera todos os prazos a partir de 23 de março, estabeleceria o TeleTrabalho como regra e funcionamento em regime de plantão para casos urgentes.

Era uma antecipação do que fora publicado na segunda-feira (23), quando o home office se transformara em sistema padrão, contemplando todos os magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores. As regras de ingresso nos prédios também estavam entre as medidas para conter o avanço da doença. Naquele momento, o Ceará estava entre os maiores afetados pela pandemia em número de casos no Brasil.

Comunicação em tempo real

Todas as ações citadas e várias outras, tomadas em conformidade com os demais órgãos, como o Poder Executivo estadual, eram informadas em tempo real aos interessados, por meio dos canais oficiais do TJCE, com muita cautela para não gerar mais aflição, principalmente entre o público interno. Em entrevista ao programa de TV "Judiciário em Evidência", o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal, Alexandre Sá, ressalta o diálogo e a transparência.

"A gente sempre procura, assim que toma-se uma decisão, que o presidente estabelece uma diretriz, já externar isso. Às vezes, demora um pouco, porque tudo está acontecendo muito rápido. Mas assim que se decide essa comunicação é feita para que todos os colaboradores fiquem cientes e possam se adequar."

O Portal do TJCE passou a ser o meio com maior uso pelos servidores para obter informações. Além disso, a disponibilização de WhatsApp potencializara ainda mais a interação. O site recebera mais acessos também da sociedade, principalmente dos advogados.



A nova realidade

Com o plantão extraordinário, um novo modo de trabalho entrava em vigor, com duas preocupações principais. "Preservar a vida e a saúde das pessoas e não perder em produtividade", explica o juiz auxiliar da Presidência, Ricardo Alexandre Costa, em entrevista ao "Judiciário em Evidência".

Linha do Tempo | Principais medidas* do TJCE

*Referentes a março de 2020

11/03 (quarta-feira)

A Portaria nº 470/2020 determinou o home office temporário, máximo de 15 dias, a quem retornava de viagens a localidades mais atingidas pela Covid-19.

13/03 (sexta-feira)

Dispensou a biometria e determinou a apresentação do crachá funcional para servidores e da carteira da OAB para advogados ingressarem nos prédios da Justiça.

16/03 (segunda-feira)

Criou o Gabinete de Acompanhamento da Situação da Covid-19 (Portaria nº 497/2020), fixou regras de funcionamento das unidades e restringiu, por 30 dias, o acesso aos prédios (exceção de situações urgentes).

17/03 (terça-feira)

Declarou pontos facultativos (Portaria nº 501/2020) os expedientes da quarta (18) e da sexta (20), em razão do feriado de São José (19), com plantão especial. Já na Portaria nº 506/2020, suspendeu os prazos dos processos que tramitavam em formato físico por 30 dias.

19/03 (quinta-feira)

Comunicou a suspensão de todos os prazos a partir da segunda, 23, a adoção do TeleTrabalho e o funcionamento em regime de plantão extraordinário. As informações foram uma síntese do que seria divulgado posteriormente.

20/03 (sexta)

Corregedoria-Geral suspendeu o atendimento presencial nos cartórios, com funcionamento em plantão para as situações necessárias.

21/03 (sábado)

Comunicou, com todos os detalhes, o regime de plantão extraordinário em todo o Estado, a partir de 23 de março.

22/03 (domingo)

Informou as maneiras de acesso aos prédios do Judiciário.

23/03 (segunda)

Publicou a Portaria nº 514/2020, no Diário da Justiça, com as regras do TeleTrabalho, já antecipadas a todos os interessados.

ADAPTAÇÃO



O TeleTrabalho como regra

Com o distanciamento social, a partir de março de 2020, todos os profissionais do Judiciário cearense passaram a atuar de casa

O home office veio e, rapidamente, tornou-se familiar no Judiciário cearense. Foram estabelecidos novos canais e fortalecidos os que já existiam com a sociedade. Além do e-mail e do telefone, o WhatsApp (incluindo a versão business) veio para facilitar a vida de todo mundo: servidores, magistrados, advogados e demais cidadãos com processo judicial. A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi a primeira unidade a disponibilizar WhatsApp ao público. Todos os contatos, atualizados constantemente, estão disponíveis em uma lista no site www.tjce.jus.br.

O desembargador Francisco Carneiro Lima avalia como positivo o novo jeito de trabalhar. "Era uma ideia que já estava em gestação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), mesmo antes da pandemia".

Para ele, a nova forma de se fazer a Justiça reflete na produtividade, que "aumentou significativamente, sem precedentes. O Tribunal de Justiça do Ceará tornou-se um dos Tribunais mais produtivos do país".

Com quase 30 anos de magistratura, Francisco Carneiro Lima tem preferência pelo home office. "O teletrabalhador, sendo uma pessoa qualificada, pode executar o trabalho em outras estruturas que tenham suportes tecnológicos ao alcance."

Entre os benefícios, o desembargador enumera a economia, do ponto de vista pessoal e da instituição, a maior qualidade de vida e das atividades executadas. "Posso estabelecer o meu local de trabalho e também o meu horário, para exercer minhas funções", afirma.

Mais qualidade de vida

"Uma inovação que trouxe mais produtividade e qualidade de vida", define a servidora Yeline Cordeiro, lotada em gabinete de desembargador do TJCE. "Procuo seguir o mesmo horário de trabalho adotado anteriormente, iniciando pela manhã, com pausa para o almoço, e continuando pela tarde, deixando os demais horários livres para a realização de outras atividades, inclusive as domésticas", descreve.

Ela assegura que a qualidade de vida melhorou consideravelmente. "O tempo utilizado para o deslocamento entre a residência e o local de trabalho pode ser utilizado para incremento na produtividade, além de tornar o dia menos cansativo. Minha produção aumentou bastante durante a pandemia".

A servidora defende a manutenção das atividades a distância, mesmo com o retorno do regime presencial. "Acredito que seja uma tendência adotada em diversos Tribunais e órgãos da Administração Pública, que otimiza o trabalho".

Outras vantagens

Assim como o desembargador Carneiro Lima e a servidora Yeline Cordeiro, outros profissionais do Judiciário ressaltam os benefícios do TeleTrabalho. A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TJCE realizou, de 23 de março a 15 de maio, pesquisa com 1.396 pessoas da Justiça estadual sobre o home office. Entre os itens avaliados estavam adaptação, motivação, relação custo/benefício e desejo de permanecer no trabalho remoto.

Dos participantes do levantamento, 80% ganharam mais qualidade de vida. Em relação à produtividade, 56% passaram a ser mais produtivos em casa e 32% mantiveram os resultados iguais ao modelo presencial. O TeleTrabalho foi considerado favorável para 70%, em se tratando de economia. Apenas 9% não tinham se adaptado ao novo sistema e 33% gostariam de trabalhar em casa após a volta à normalidade.

"Tínhamos a necessidade de compreender como estavam as pessoas que fazem o Poder Judiciário. Ficamos surpresos e satisfeitos com a adesão à pesquisa. Então, nos deu condição de entender melhor como o TeleTrabalho estava sendo exercido em todo o Estado", explicou a titular da SGP, Vlândia Teixeira, em entrevista ao "Judiciário em Evidência", programa de TV do Tribunal.

Reconhecimento

Para mostrar como é na prática o funcionamento remoto da Justiça e os benefícios ao cidadão, a Assessoria de Comunicação Social idealizou uma série de reportagens especiais publicadas no site www.tjce.jus.br. Dividida em dois eixos (atuação individual e coletiva), contemplou servidores efetivos, cedidos, magistrados, estagiários, terceirizados e oficiais de Justiça, de Fortaleza e do Interior.

De 26 de março a 6 de julho, foram produzidas 55 matérias com pessoas das áreas judiciária e administrativa. Além do aspecto profissional, a vida pessoal teve destaque, com o objetivo de evidenciar o ser humano.

De forma unânime, os entrevistados ressaltaram como vantagens o maior contato com a família, mais cuidado com a saúde e alimentação, maior produtividade e comodidade. Também afirmaram que tiveram economia de recursos, evitaram estresse do trânsito e se adaptaram bem ao home office.

Leia os textos da Série #MeuTrabalhoEmCasa e #NossoTrabalhoemCasa no Portal do Tribunal de Justiça.



Servidores e magistrados em TeleTrabalho

Pesquisa de satisfação do TeleTrabalho

Qualidade de vida

80% passaram a levar uma vida melhor

Produtividade

56% produzem mais em casa
32% mantiveram o índice igual ao presencial
12% se consideram menos produtivos no home office

Custo/benefício

70% favorável
21% indiferente
9% desfavorável

Adaptação

9% apenas não se adaptaram

Intenção de permanecer após a normalidade

49% pretendem regime misto (presencial e remoto)
33% gostariam de trabalhar em casa
18% desejam o regime presencial

Fonte: SGP/TJCE

PRODUTIVIDADE

Justiça cearense preparada para os efeitos da pandemia



Mesmo em situações adversas, servidores e magistrados conseguem dar resposta às demandas dos cidadãos

Do início da pandemia do novo coronavírus, em março, a dezembro de 2020, os magistrados e servidores do Judiciário cearense conseguiram manter o ritmo de julgamentos, apesar das restrições do distanciamento social como medida preventiva contra a Covid-19. O engajamento permitiu, ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), conquistar o 9º lugar entre os 27 TJs do Brasil em produtividade, com 382.346 sentenças e acórdãos. Comparado aos dez Tribunais estaduais de médio porte, o TJCE é o quarto melhor colocado.

Os dados, referentes ao período de 16 de março a 27 de dezembro, estão em painel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na internet. Veja outras informações na

tabela. Entre os fatores que contribuíram para manter a produtividade estão a familiaridade dos servidores e magistrados com sistemas eletrônicos adotados pelo Judiciário cearense antes da pandemia, suporte e disponibilidade de novos canais virtuais.

"O Tribunal do Ceará, de há muito tempo, vinha se preparando para produzir mesmo a distância. Desenhamos todo um cenário voltado a produzir bem e eliminar distâncias. Não estávamos esperando uma pandemia, mas estávamos preparados para as circunstâncias decorrentes dessa pandemia", assegurou o presidente do TJCE, desembargador Washington Araújo, em gravação ao programa de TV da instituição.

Suporte

Ao ampliar o TeleTrabalho para todo o Judiciário do Ceará (antes existia como projeto-piloto em algumas áreas), a Presidência do TJCE determinou, em 23 de março de 2020, o regime de plantão extraordinário na Capital e no Interior. A partir daí, uma série de iniciativas foram colocadas em prática, como o acesso a sistemas por meio de rede interna, distribuição de mais de 500 computadores para home office, atendimento por e-mail e WhatsApp (inclusive Business) e criação de lista de contatos no Portal do TJCE à disposição da sociedade.

Sobre a disponibilização de computadores, o superintendente da Área Administrativa do TJCE, Luis Eduardo de Menezes, avaliou como "clara demonstração do esforço do Poder Judiciário em, mesmo diante de um cenário no qual a Justiça cearense deu prioridade total para a saúde, continuar produzindo, como medida de não atrapalhar a celeridade que a sociedade espera." A afirmação foi feita à reportagem do Portal do TJCE.

Inovação

Além disso, as sessões colegiadas passaram a ocorrer por sistema virtual (Webex) adotado pelo CNJ. O novo momento foi inaugurado, em 7 de abril, pela 3ª Câmara Criminal. Em seguida, abrangeu os demais órgãos julgadores do TJCE.

Em 2 de setembro, no Estado, houve o primeiro júri popular (5ª Vara do Júri de Fortaleza) após as medidas contra o novo coronavírus, com a participação do réu por videoconferência. O Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) adaptou a estrutura necessária para essa finalidade, cumprindo todas as regras do julgamento (instalação da sessão, interrogatório, debates entre defesa e acusação, com réplica e tréplica, votação dos jurados e conclusão, com leitura da sentença), das medidas sanitárias (juíza, servidores, promotor, defensor público e jurados estavam no local presencialmente) contra a Covid-19 e da regulamentação da Diretoria do FCB e do Tribunal.

O primeiro julgamento utilizando a tecnologia, no âmbito do Ceará e do Nordeste, ocorreu em março de 2018, pela 3ª Vara do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua, na Capital. O acusado estava no Presídio Federal de Catanduvas (PR).

CORONAVÍRUS COVID -19

O QUE VOCÊ PRECISA SABER

1 Veja como é transmitido:

Saliva Espirro Tosse Aperto de mãos

Para proteger você e sua família, é preciso ter atenção e cuidado. Fique atento aos sintomas, às formas de transmissão e previna-se contra o coronavírus (COVID-19).

2 Quais são os sintomas:

Febre Tosse Dificuldade para respirar

Os sintomas do coronavírus (COVID-19) podem ser confundidos com os de uma gripe comum. Por isso, toda atenção é necessária. Caso você apresente algum dos sintomas, evite locais com aglomeração de pessoas e ligue 136 ou vá até a unidade de saúde.

3 Como prevenir o contágio:

- Lave as mãos com água e sabão ou use álcool em gel.
- Cubra nariz e boca ao espirrar ou tossir.
- Evite aglomerações se estiver doente.
- Mantenha os ambientes ventilados.
- Não compartilhe objetos pessoais.

Fonte: Ministério da Saúde

Caso apresente os sintomas, ligue:
DISQUE SAÚDE 136

No Estado do Ceará, o Hospital de referência para atendimento de casos suspeitos/confirmados de Coronavírus (COVID-19) é o Hospital São José de Doenças Infecciosas - HSJ.

Rua Nestor Barbosa, 315
Parquelândia - Fortaleza/Ce (85) 3101-2322



Sessão virtual do Pleno elege futura Gestã

Eleições históricas

Também pela primeira vez na história, o Pleno do Tribunal realizou reunião virtual para escolha de novos gestores. No dia 24 de setembro, foram eleitos a desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira (presidente) e os desembargadores Abelardo Benevides (vice-presidente) e Paulo Ailton Albuquerque (corregedor-geral) para comandar o Judiciário no biênio 2021/2023.

Em 28 de agosto, outro ineditismo em 146 anos do TJCE: a eleição e posse de juiz no cargo de desembargador em sessão por videoconferência transmitida ao vivo. Naquele dia, o magistrado José Ricardo Vidal Patrocínio, que era titular da 19ª Vara Cível de Fortaleza, assumiu a vaga (preenchida pelo critério de merecimento) no Tribunal, surgida com o falecimento do desembargador Jucid Peixoto do Amaral.

Produtividade na pandemia | TJCE

Sentenças e acórdãos:

382.346 (9º colocado no Brasil)

Decisões:

469.528 (12º)

Despachos:

1.284.195 (9º)

Movimentações:

12.648.713 (11º)

Período:

16/03 a 27/12/2020

Fonte: CNJ

Julgamentos por videoconferência | TJCE

SESSÕES COLEGIADAS – ABRIL A DEZ/2020
PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL,
SEÇÕES E CÂMARAS

ABRIL: **3.071**
MAIO: **4.615**
JUNHO: **5.664**
JULHO: **3.715**
AGOSTO: **4.280**
SETEMBRO: **4.974**
OUTUBRO: **4.265**
NOVEMBRO: **3.833**
DEZEMBRO: **3.559**

TOTAL: **37.976**

Fonte: Coordenadorias dos órgãos julgadores

PRESENCIAL



Medidas de segurança nas entradas dos prédios do Judiciário

Retorno gradual e cauteloso

Aos poucos e com todos os cuidados, a volta ao trabalho dentro das unidades do Judiciário estadual ocorre desde julho de 2020

Exatamente 113 dias. Esse foi o período exclusivo de TeleTrabalho em todas as unidades do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), de 23 de março a 14 de julho de 2020, quando iniciou o retorno gradual às atividades presenciais. A volta teve todo um planejamento por parte do grupo responsável, presidido pelo desembargador Francisco Luciano Lima Rodrigues.

O Tribunal segue o plano elaborado e amplamente divulgado para os servidores, magistrados, demais profissionais do sistema judicial e sociedade. São cinco etapas a serem cumpridas, sem previsão de retorno geral, até o momento. O avanço depende dos decretos

governamentais e da situação dos municípios em relação à doença.

O TJ classificou os serviços em três grupos: aqueles essencialmente presenciais (3), os que podem ser feitos em regime misto (2) e os executados totalmente a distância (1). As comarcas foram divididas em zonas de risco da Covid-19: verde (baixo risco), amarela (médio) e vermelha (alto). Também levou em consideração as pessoas consideradas de risco, como idosos, que devem retornar somente na última fase. Veja todos os detalhes na tabela.

Protocolo de segurança

Para o retorno, a Justiça fez comunicação visual com orientações de prevenção ao novo coronavírus e cumpre os procedimentos de higiene, distanciamento e controle de acesso. Também distribui equipamentos de proteção e limpeza (máscaras, álcool em gel, tapetes sanitizantes e termômetros), como forma de evitar o contágio no ambiente de trabalho, preservando a saúde de todos, inclusive do público externo.

Desde 25 de agosto de 2020, o Judiciário do Ceará está na fase 3 do Plano de Retorno. Nas Varas e Juizados, o atendimento presencial está ocorrendo, conforme as normas do TJCE. Segundo o desembargador Luciano Lima, "as audiências relativas a processos integralmente digitais estão sendo realizadas por meio de videoconferência, excepcionalmente admitida a modalidade semipresencial, em razão de impossibilidade técnica ou instrumental explicitada pelo magistrado. As audiências relativas a processos físicos podem ser realizadas na modalidade exclusivamente presencial, caso o magistrado não encontre soluções técnicas alternativas para viabilizá-las por meio de videoconferência".

Quem pertence ao grupo de risco da Covid-19 ou que convivam com pessoas nessa situação, permanecerá em TeleTrabalho até que existam condições favoráveis ao retorno. "As pessoas acima de 60 anos que tenham comprovação de imunidade ou de adoecimento há mais de 30 dias estão autorizadas a voltar ao trabalho em atividades liberadas", afirma o desembargador ao ressaltar que a medida somente deverá ocorrer na quinta e última etapa.

Ainda conforme Luciano Lima, "a retomada geral irrestrita não está prevista em nenhuma norma, em razão da incerteza do quadro epidemiológico da Covid-19".

Disponibilização de álcool em geral para servidores, magistrados e público externo





Judiciário segue protocolo sanitário

Retorno

Fase	Período	Quem volta/voltará
1	14/07 a 27/07/2020	Profissionais (exceto grupo de risco) cujas atividades são feitas essencialmente presenciais (3) nas comarcas das zonas verde e amarela
2	28/07 a 24/08/2020	Profissionais (exceto grupo de risco) cujas atividades podem ser feitas em regime misto – presencial e home office – (2) nas comarcas da zona verde
3	25/08/2020 a 30/01/2021*	Profissionais (exceto grupo de risco) cujas atividades podem ser feitas em regime misto –presencial e home office – (2) nas comarcas da zona amarela
4	A partir de 31/01/2021**	Profissionais (exceto grupo de risco que desejarem voltar) cujas atividades podem ser feitas integralmente em home office (1) nas comarcas da zona verde
5	A partir de 31/01/2021**	Profissionais (devem manifestar o interesse em voltar, caso queiram) do grupo de risco das atividades 3, 2 e 1 nas comarcas da zona verde

*Previsão de término da etapa | ** Previsão de início da etapa



Grupo de Trabalho

Desembargador Francisco Luciano Lima Rodrigues; juízes Alexandre Santos Bezerra Sá, Ricardo Alexandre da Silva Costa e Fernando de Souza Vicente; e gestores Luis Eduardo de Menezes Lima, Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Vlândia Santos Teixeira e Sérgio Mendes de Oliveira Filho.

TRANSIÇÃO E FUTURO



Gustavo Montezuma
Juiz de Boa Viagem



Paulo Calixto
Servidor da Comarca de Madalena

“

Os próximos anos demonstrarão que o que está se fazendo hoje, como Modernização do Judiciário, é o melhor caminho a seguir, até porque esse projeto foi feito eminentemente com base em dados técnicos. Acredite no Poder Judiciário. Acredite que estamos caminhando em uma modernização para dar mais eficiência e melhor prestação jurisdicional.

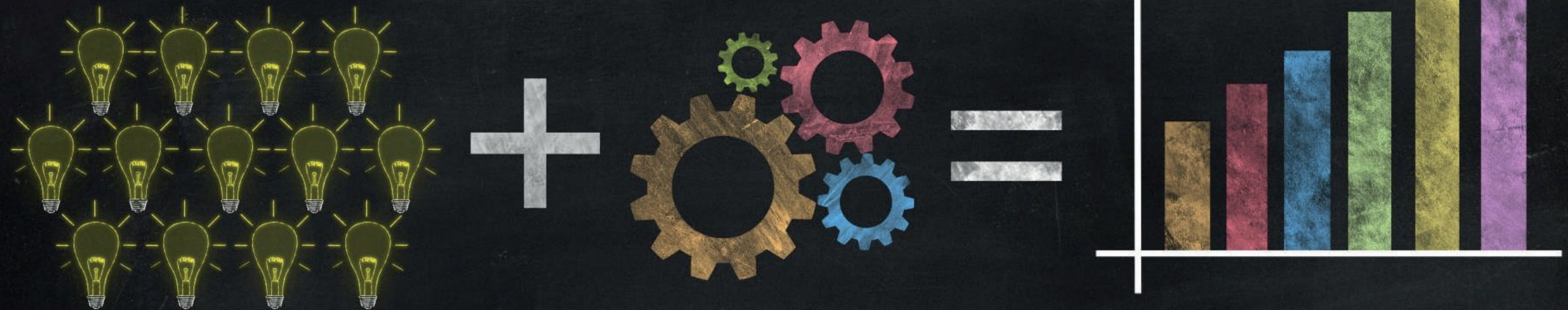
”

“

Para a população, não restam dúvidas de que o jurisdicionado já está sendo beneficiado. É notório. O processo já encurtou o seu tempo de vida, de tramitação. Isso não deixa nenhuma dúvida.

”

FUTURO



Nova década, novos desafios

Judiciário cearense elabora planejamento para se tornar referência em celeridade e eficiência ao longo dos próximos dez anos

O planejamento de projetos, metas e ações já faz parte da rotina do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) que, em 2020, apesar do distanciamento social, construiu o Plano Estratégico 2030 durante reuniões virtuais. O trabalho foi elaborado por grupo de desenvolvimento, de forma participativa, com base em consultas feitas junto a magistrados, servidores e sociedade.

"Os principais eixos que deverão nortear os projetos e os procedimentos do Judiciário estadual nos próximos anos são: modernização por meio da transformação digital e humanização do atendimento. A modernização do Judiciário cearense ancora-se na transformação digital, ou seja, no uso da tecnologia em prol do aprimoramento dos serviços e da ampliação do desempenho da instituição", explica o superintendente da Área Administrativa do TJCE, Luis Eduardo de Menezes Lima.

Esse processo, segundo o superintendente, é complexo e vai além da incorporação de tecnologia propriamente dita, passando por todas as áreas da Justiça e impactando fortemente na cultura organizacional. Já a humanização do atendimento diz respeito "à realização das atividades em estreito compromisso e empatia com o cidadão, a partir da compreensão das necessidades".

Celeridade e eficiência

De acordo com o secretário de Planejamento e Gestão do Tribunal, Sérgio Mendes de Oliveira Filho, os principais desafios para a próxima década são tornar o TJCE uma referência nacional em celeridade e eficiência e fazer com que seja reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades. "Busca-se adotar um conjunto de medidas no curto e no longo prazo que visam dotar o Judiciário estadual de maior eficiência operacional, garantindo, assim, melhores índices de produtividade e maior celeridade na tramitação e no julgamento dos processos judiciais. Entre elas, estão medidas que buscam reduzir o congestionamento processual e racionalizar o trâmite."

TRANSIÇÃO



Primeira fase da Transição envolve 22 reuniões temáticas

Inovação na hora de mudar

Pela primeira vez, a passagem de uma gestão para outra foi feita em três etapas. A Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça também realizaram o trabalho para uma melhor mudança administrativa

A eleição dos dirigentes do Judiciário cearense para o biênio 2021/2023 ocorreu em 24 de setembro de 2020. Naquela data, o Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) escolheu, na primeira sessão virtual com essa finalidade, os desembargadores Maria Nailde Pinheiro Nogueira, como presidente; Antonio Abelardo Benevides Moraes, vice-presidente; e Paulo Ayrton Albuquerque Filho, corregedor-geral da Justiça. Os magistrados substituirão, nos respectivos cargos, os desembargadores Washington Luís Bezerra de Araújo, Nailde Pinheiro Nogueira e Teodoro Silva Santos que estiveram à frente da Gestão 2019/2021.

"Temos a segurança de obter um caminho já traçado pelas administrações anteriores, em especial pela gestão

hábil e inspiradora do desembargador Washington Araújo. Recebo, orgulhosamente, os avanços angariados, que foram construídos com esforço e denodo de cada magistrado, servidor e colaborador que se entregou diuturnamente ao trabalho de ofertar um Judiciário mais transparente, eficaz e ágil, mesmo durante um período desafiador, cheio de incertezas e obstáculos. Expresso o desejo de elevar a gestão do Tribunal de Justiça a um nível superior de produtividade e excelência que devem sempre permanecer em cada um de nós, sem nunca esquecer a quem servimos e devemos acolher em nossos corações – a sociedade cearense", destacou a desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira durante o primeiro encontro da Transição.

Três etapas

A Comissão Temporária Especial, denominada Comissão de Transição, tem a finalidade de organizar as informações da atual direção para subsidiar a futura gestão. Dessa vez, as atividades da Presidência foram divididas em três fases, formato inédito. A primeira, ocorreu de 26 de outubro a 16 de novembro de 2020, período em que houve 22 reuniões setoriais e temáticas, com a presença da futura presidente. Nos encontros, cada responsável apresentou a estrutura de cada unidade, as competências, os macroprocessos e os principais projetos em andamento, além do levantamento das oportunidades de melhoria (diagnóstico situacional inicial).

A segunda etapa se deu em uma imersão dos integrantes da futura administração nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, sob a coordenação da presidente eleita, desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira. Na oportunidade, foram escolhidos como eixos prioritários de atuação a transformação digital e a humanização, com o objetivo de aperfeiçoar o serviço judicial e garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo. Também teve a definição dos 52 projetos que farão parte do portfólio da gestão, baseados nos diagnósticos setoriais e alinhados ao Plano Estratégico do TJCE 2030.

Entre os projetos se destacam: Humanização do Atendimento; Implantação de Serviços Digitais ao Cidadão; Fortalecimento do Sistema de Juizados

Especiais; Fortalecimento de Soluções Consensuais de Conflitos; Identificação e Implantação de Tecnologias para Aprimoramento da Prestação Jurisdicional; Fortalecimento da Cultura de Inovação; Estruturação e Execução de Plano de Desenvolvimento de Magistrados e Servidores Alinhado à Estratégia e à Transformação Digital; Programa de Gestão de Mudanças e Clima Organizacional; Aprimoramento da Comunicação Interna e Externa; e Implantação da Rede Institucional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

Durante dezembro de 2020 e janeiro de 2021, seguiu a terceira fase da Transição, na qual os projetos estratégicos foram detalhados, com identificação do escopo, recursos, equipes envolvidas e cronograma.

A Presidência tem o objetivo de apresentar o Plano de Gestão para os públicos interno e externo logo após a posse, em 29 de janeiro de 2021. Além disso, a execução dos projetos deve ser iniciada imediatamente e, ao longo dos próximos dois anos, pretende-se cumprir com a Missão, que é "garantir direitos para realizar justiça no Ceará", aproximando o TJCE da Visão de Futuro desenhada no Plano Estratégico 2030, que é "ser um Tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades".



Gestores apresentam estrutura e projetos das unidades

Conheças as fases

Etapa 1

Período: 26/10 a 16/11/2020

Evento: 22 reuniões setoriais e temáticas

Atividades: Apresentação da estrutura, competências, macroprocessos, principais projetos em andamento e oportunidades de melhoria de cada unidade

Objetivo: Fazer diagnóstico situacional inicial

Etapa 2

Período: 26 e 27/11/2020

Ação: Imersão dos integrantes da futura gestão

Atividades: Reuniões e debates

Objetivo: Definir os eixos prioritários de atuação e os 52 projetos do portfólio da nova administração

Etapa 3

Período: Dez/2020 e jan/2021

Ação: Detalhamento dos projetos

Atividades: Identificação do escopo, recursos, equipe e cronograma

Objetivo: Fazer diagnóstico para execução

A futura presidente

Natural do Município de Aurora (CE), é filha de João Pinheiro do Amaral e Josefa dos Santos. Graduada em Direito, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem especialização em Direito Processual Civil, também pela UFC, e autora do livro "O Direito Sucessório do Cônjuge e do Companheiro". Antes de ingressar na magistratura, trabalhou como escrevente de cartório. Iniciou a carreira de juíza, em 1986, na Comarca de Marco. Trabalhou ainda em Jucás, Icó, Acaraú, Santana do Acaraú, Saboeiro e Orós. Na Capital, atuou na 11ª Vara Criminal, 1ª Vara de Delitos de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes e na 20ª Vara de Família e Sucessões, transformada na 4ª Vara de Sucessões. Foi promovida à desembargadora em 2009. Atualmente, é a vice-presidente do TJCE. Antes, foi presidente (2017/2019) e vice-presidente/corregedora (2015/2017) do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará.



Equipe de Transição da Presidência

Juízes Joriza Magalhães Pinheiro (coordenadora), Ricardo Alexandre da Silva Costa, Alexandre Santos Bezerra Sá, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, Emílio de Medeiros Viana e Renato Esmeraldo Paes; e servidores Luiz Eduardo de Menezes Lima, Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Sérgio Mendes de Oliveira Filho, Vlândia Santos Teixeira, Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, Marcus Augusto Vasconcelos Coelho, Denise Maria Norões Olsen, Daniel Costa Teles, Rodrigo Xenofonte Cartaxo Sampaio e Gerda Kátia de Oliveira Monteiro.

Futuro vice-presidente promete melhoria da produtividade

O desembargador Abelardo Benevides assegurou ter dedicado o período para conhecer o funcionamento das atividades da Vice-Presidência e planejar as ações do próximo biênio. "Em linhas gerais, trabalharemos no sentido do contínuo aperfeiçoamento das funções do Órgão, o que, por certo, repercutirá na melhoria da presteza e produtividade da atividade jurisdicional da Corte."

O futuro vice-presidente destacou a "disponibilidade, a partir da desembargadora Nailde Pinheiro, quanto a permitir o amplo acesso aos dados necessários para que possamos encaminhar uma Transição tranquila e sem qualquer prejuízo ao serviço".

Otimização

O magistrado afirmou ainda que a unidade atua na "distribuição de feitos e a admissibilidade de recursos dirigidos ao Tribunais Superiores, e passou a assumir, nos últimos anos, atribuições relevantes como a supervisão do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes [Nugep] e a condução das ações relacionadas ao Programa Celeridade e Produtividade no 2º Grau [TJCE]. Durante a Transição, a futura gestão tem atuado no sentido de conhecer o funcionamento de tais atividades e no planejamento de ações, buscando otimizá-las".

O desembargador enumerou as principais ações desenvolvidas durante o período. "Além da análise dos dados constantes do relatório de Transição, os trabalhos compreendem a realização de diversas reuniões temáticas, com a participação de membros da atual e da futura composição. Os contatos devem prosseguir até a posse, visando obter-se novas informações."

O futuro vice-presidente

Filho de José Moraes de Freitas e Zilma Benevides de Araújo Freitas, nasceu no dia 22 de junho de 1956, no Município de Mombaça (CE). Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1978, e fez pós-graduação, pela mesma instituição, em convênio com a Escola Superior da Magistratura do Ceará e a Fundação Paulo Bonavides. Foi promotor de Justiça da Comarca de Pedra Branca antes de se tornar juiz, no ano de 1984, da Comarca de Ubajara. Em seguida atuou em Jucás e Tauá. Em 1991, assumiu a 22ª Vara Cível de Fortaleza e, em seguida, a 1ª Vara de Falências. Também passou pelas Turmas Recursais. Já em 2006, teve a promoção ao cargo de desembargador do TJCE, no qual é presidente da 3ª Câmara de Direito Público atualmente. No Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, atuou como juiz e como desembargador, assumindo os cargos de presidente (2015/2017) e de vice-presidente/corregedor (2013/2015).

Comissão de Transição da Vice-Presidência

Juízes Marcelo Roseno de Oliveira (coordenador), Joriza Magalhães Pinheiro e Cláudio Ibiapina; e servidores Maisa Queiroz Braga, Ana Lúcia Serra, Daniel Teles, Rodrigo Xenofonte, Diogo Portela, Cristiano Batista, Ticiania Mourão, Ygo Negreiros e Luana Costa (secretária).



Gestão interligada e continuação das boas práticas na Corregedoria

O corregedor-geral da Justiça do Ceará eleito, desembargador Paulo Airtton Albuquerque Filho, prometeu uma gestão interligada com a Presidência e a Vice-Presidência, além de manter as boas práticas já adotadas pela Corregedoria-Geral, como as Coordenadorias de Padronização, de Fiscalização das Unidades Extrajudiciais, de Correição e Monitoramento de Unidades Judiciárias e de Organização das Unidades Extrajudiciais. "Entendo que o reconhecimento aos trabalhos implementados por essas Coordenadorias

aparecerá no futuro. O fundamental foi a separação entre judicial e administrativo. Nesse ponto, o desembargador Teodoro Silva Santos teve uma sensibilidade extraordinária."

Segundo o futuro corregedor, o que é necessário deverá ser mantido em benefício da instituição e do cidadão. Como afirmou o desembargador Paulo Airtton Albuquerque, a Missão da Corregedoria é "fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais, bem como zelar pela regular conduta dos juizes, servidores e cartorários".

O futuro corregedor

Nascido no dia 12 de setembro de 1959, no Município de Massapê (CE), é graduado em Direito, pela Universidade de Fortaleza (Unifor), e mestre em Direito e Gestão de Conflitos, também pela Unifor, com período na Colúmbia, na University School of Law. Tem especialização em Direito Imobiliário Registral e Notarial, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); em Direito Processual Civil, pelo Centro Universitário Farias Brito (FBUi); e em Direito Ambiental, pela Unifor. Está cursando doutorado em Ciências Políticas, pela Universidade de Lisboa. Atuou como professor na Unifor, Faculdade Farias Brito, Unifametro e Escola Superior da Magistratura do Ceará. Foi presidente da Comissão de Direito Ambiental e vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB/CE). É desembargador do TJCE desde agosto de 2013, tendo ingressado pelo quinto constitucional em vaga reservada à OAB. É presidente da Comissão do Concurso para Cartórios do Estado e da Comissão Especial de Avaliação e Alienação de Bens Imóveis, além de fazer parte da 1ª Câmara de Direito Público.



Comissão de Transição da Corregedoria

Juizes Josué de Sousa Lima Júnior (coordenador), Demétrio Saker Neto, Ernani Pires Paula Pessoa, Juliana Sampaio de Araújo, Francisco Gladysson Pontes Filho, Fernando Teles de Paula Lima e Fabiana Silva Félix da Rocha; e os servidores Luana Lima, Adauto Couto, Expedito Leite Filho, Márcia Viana, Fernanda Monteiro, Camila Borges, Arianne Saraiva, Carolina Ximenes e Adriano Dias.

HOMENAGEM



Entrega da Medalha Clóvis Beviláqua

Em 2020, quatro personalidades do Estado receberam a maior comenda concedida pelo Judiciário do Ceará, em reconhecimento ao trabalho que desenvolvem

Em solenidade semipresencial, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) entregou a Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Raul Araújo Filho; ao juiz auxiliar da Presidência do TJCE, Alexandre Santos Bezerra Sá; ao superintendente da Área Administrativa do TJ, Luis Eduardo de Menezes Lima; e ao secretário de Planejamento e Gestão da instituição, Sérgio Mendes de Oliveira Filho. O evento foi realizado, no dia 4 de dezembro de 2020, com transmissão ao vivo pela internet.

Os desembargadores Washington Araújo (presidente do TJCE), Teodoro Silva Santos (corregedor-geral da Justiça), Durval Aires Filho, Heráclito Vieira de Sousa Neto e Francisco Luciano Lima Rodrigues, assim como os homenageados, familiares, amigos e convidados estavam no Pleno, obedecendo às regras de distanciamento contra o novo coronavírus. Já a atual vice-presidente e presidente eleita para a Gestão 2021/2023, desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira, e os demais integrantes do Tribunal participaram por meio de videoconferência, enquanto o público assistiu pelo canal do TJCE no YouTube.

Reconhecimento

No discurso, o chefe do Judiciário cearense afirmou que, "este ano, na esteira do ineditismo da forma, resolvemos inovar também no conteúdo: todos os quatro homenageados – unanimemente aprovados pelo Tribunal Pleno na sessão de 3 de setembro de 2020 – são verdadeiramente ouro da Casa, talentos preciosos que estão ou laboraram nas entranhas desta Corte. Esta é uma ocasião, portanto, de reconhecimento e agradecimento por tudo que fizeram e fazem pelo Poder Judiciário".

O desembargador destacou que "é a primeira vez em que realizamos sob a forma semipresencial a solenidade de outorga da mais alta distinção da Justiça Alencarina, a Medalha Clóvis Beviláqua. Vivemos uma época de paradoxos! Depois de obtermos as mais estupendas conquistas e exibirmos os mais expressivos laureis que o engenho humano poderia imaginar, eis que somos instados a mudar de trilha. Neste 2020, um minúsculo vírus revolucionou completamente a caminhada humana, levando-nos à inaudita conclusão de que o amanhã será diferente do ontem e do hoje. E uma das novidades que esse fenômeno gerou foi o protagonismo dos vídeos."

O ministro Raul Araújo Filho discursou em nome dos agraciados. Ressaltou a finalidade da Medalha, que é "condecorar pessoas que tenham prestado destacados serviços e contribuições a sempre boa causa da Justiça ou aos legítimos interesses da comunidade do Estado do Ceará. O valor da homenagem é incontestável, já que somente é conferida bienalmente, observando cuidadosos critérios, a poucos agraciados".



Desembargador Washington Araújo comanda a solenidade de entrega



Sobre Raul Araújo Filho

"Expressa aquilo que o Nobel José Saramago escreveu: 'Não são os homens que escolhem os sonhos, mas os sonhos que escolhem os homens'. Tangido por uma brisa onírica, ele principiou no mister advocatício, em seguida recebeu as armaduras de fiscal da lei no Ministério Público cearense, foi Procurador-Geral do Estado até receber o cetro de julgador como desembargador do TJCE para, pouco tempo depois, ser guindado a ministro da Corte Superior de Justiça, que atualmente cumula com a de ministro do TSE. A Corte de Justiça cearense há muito estava em débito no abono dessa distinção. Por isso, como dizem os espanhóis, é com 'honor' que quito essa dívida" - Washington Araújo

Sobre Alexandre Sá

"Pertence a uma nova geração de magistrados que internaliza uma noção de completude do ofício jurisdicional e que enxerga o Direito como Integridade. Seu itinerário operoso principiou como advogado da União. Ingressou na magistratura cearense em 2009, tendo atuado nas Comarcas de Monsenhor Tabosa, Brejo Santo, Barbalha, Aracati e na Capital. Atualmente, é mestre e faz doutorado em Direito Constitucional. É autor do livro 'A aplicação dos precedentes judiciais no Brasil e o novo paradigma epistemológico das ciências', publicado pela editora Dialética. Nas duas últimas gestões, emprestou seu brilho a este Tribunal como Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e da Presidência. E na pessoa do doutor Alexandre, o Tribunal homenageia todos os magistrados de carreira" - Washington Araújo

Sobre Luis Eduardo de Menezes

"Aportou entre nós após seguir um percurso radioso em várias estações da Administração Pública estadual. Versátil e polivalente, iniciou pela Secretaria da Fazenda, passou para a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado, assumiu os cargos de diretor de Tecnologia na Secretaria da Fazenda; de subsecretário de Saúde do Estado; de secretário da Educação do Ceará; e de diretor-geral do então Tribunal de Contas dos Municípios. Registrou suas façanhas no livro 'Desafios, Gestão e Conquistas – Uma Trajetória no Serviço Público'. Sua mente é um campo fértil donde vicejam ideias luminosas como a do nosso aplaudido Programa '+ Interior'. Estimado doutor Luis Eduardo de Menezes Lima: é com satisfação na alma que lhe outorgamos a Medalha Clóvis Beviláqua! E na sua pessoa, doutor Luis Eduardo, nós homenageamos todos os servidores do Estado do Ceará, que estão ou estiveram aqui cedidos, ajudando na gestão do Tribunal de Justiça" - Washington Araújo



Sobre Sérgio Mendes Filho

"É a encarnação da excelência meritória! Homem forjado nos portais da Academia, é um Fortalezense iniciado na maestria em todos os sentidos. Carrega no alforje pessoal as ferramentas básicas de uma experiência exitosa que alia a lanterna da gestão pública e o leme da Economia. Maneja com habilidade a prancheta do planejamento e da estratégia organizacional, usa com argúcia a tesoura da gestão orçamentária, o compasso dos métodos quantitativos e as rédeas da governança por resultados. Servidor efetivo, o doutorando Sérgio Mendes de Oliveira Filho é o nosso Secretário de Planejamento e Gestão e recebe a Medalha Clóvis Beviláqua por sua benemerência profissional. E na pessoa do doutor Sérgio, nós homenageamos todos os servidores de carreira do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará" - Washington Araújo



A Medalha

A mais alta comenda do TJ do Ceará é entregue em reconhecimento e valorização de até quatro personalidades que se distinguem nas áreas política, intelectual ou ética no ramo do Direito, ou pelos serviços prestados à sociedade. A condecoração recebe o nome do cearense Clóvis Beviláqua, jurista, legislador, professor, historiador e autor do anteprojeto do primeiro Código Civil brasileiro.





**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**
DO ESTADO DO CEARÁ